

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE  
ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Sindy Maciel Silva

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS NACIONAIS DE SAÚDE  
DO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Brasília  
2023

Sindy Maciel Silva

AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS E PROGRAMAS NACIONAIS DE SAÚDE  
DO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Trabalho de Dissertação apresentado à Escola  
Fiocruz de Governo como requisito parcial para  
obtenção do título de mestre em Políticas  
Públicas em Saúde. (Área de concentração:  
Saúde e Justiça Social).

Orientador: Prof. (a) Dr (a) Leonor Maria  
Pacheco Santos

Co-orientador: Prof. Dr. Jorge Otávio Maia  
Barreto

Brasília  
2023

S586a

Silva, Sindy Maciel.

Avaliação de políticas e programas nacionais de saúde do Brasil: uma revisão de escopo / Sindy Maciel Silva. -- 2023.

63 f. : il.color, mapas.

Orientadora: Leonor Maria Pacheco Santos.

Coorientador: Jorge Otávio Maia Barreto.

Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Gerência Regional de Brasília, Escola de Governo Fiocruz Brasília, Brasília, DF, 2023.

Bibliografia: f. 56-57.

1. Avaliação em Saúde. 2. Política de Saúde. 3. Programas Nacionais de Saúde. I. Título.

CDD 614

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Livia Rodrigues Batista - CRB-1/3443  
Biblioteca Fiocruz Brasília

Sindy Maciel Silva

**Avaliações de Políticas e Programas Nacionais de Saúde do Brasil: Uma revisão de escopo.**

Dissertação apresentada à Escola de Governo Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas em Saúde, na linha de pesquisa Saúde e Justiça Social.

Aprovado em 13/02/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 LEONOR MARIA PACHECO SANTOS  
Data: 16/02/2023 20:49:04-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Dra. Leonor Maria Pacheco Santos - Orientadora - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília**

Documento assinado digitalmente  
 LEONOR MARIA PACHECO SANTOS  
Data: 16/02/2023 21:45:22-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Dr. Jorge Otávio Maia Barreto – Coorientador - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília**

Documento assinado digitalmente  
 LEONOR MARIA PACHECO SANTOS  
Data: 16/02/2023 21:47:22-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Dra. Erika Barbosa Camargo – Membro Interno - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília**

Documento assinado digitalmente  
 LEONOR MARIA PACHECO SANTOS  
Data: 16/02/2023 21:52:06-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Dra. Antonia de Jesús Angulo Tuesta – Membro Externo - Universidade de Brasília**

---

**Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos – Suplente - Universidade Federal da Bahia**

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é uma etapa importante do meu processo de formação profissional como sanitarista e trabalhadora do Sistema Único de Saúde. Assim, quero registrar o meu mais profundo agradecimento a todos que contribuíram para a realização deste estudo:

À minha orientadora, Profa. Leonor Santos, que aceitou o desafio de me orientar à distância.

Ao meu coorientador, Prof. Jorge Barreto, por todo apoio e disponibilidade.

Aos professores, a equipe técnica e aos colegas da Escola Fiocruz de Governo (Fiocruz-Brasília).

Aos dirigentes e colegas do Ministério da Saúde, que foram inspiração para que esse estudo acontecesse.

À minha família e aos meus amigos, por todo apoio, motivação, cuidado e paciência durante este período.

## RESUMO

**Contexto:** A avaliação de políticas e programas é uma ferramenta importante para garantir a eficiência e eficácia das ações governamentais. Nas últimas décadas foram criados diferentes modelos e tipologias para a avaliação de políticas e programas na área da saúde, e atualmente o debate gira em torno da apropriação desses métodos. **Objetivos:** Analisar a produção científica sobre avaliação de políticas públicas e programas nacionais de saúde do Brasil, de forma compreender o cenário da avaliação em saúde desde seu início até os dias atuais. **Métodos:** Revisão de escopo conduzida de acordo com a metodologia do *Joanna Briggs Institute* (JBI) e as recomendações do PRISMA-ScR. As buscas foram conduzidas nas bases indexadas: MEDLINE, EMBASE, Web of Science, Scopus, LILACS, SciELO, 3ie e a literatura cinzenta foi buscada no Google Scholar. Incluíram-se os estudos que tivessem como objeto a avaliação de políticas e/ou programas nacionais de saúde. E não foram adotados limites de data ou idioma. Selecionaram-se 136 publicações entre 1990 a 2022, que foram categorizados conforme as abordagens avaliativas. **Resultados:** Os resultados mostraram que existe uma tendência avaliativa em crescimento no Brasil, que as tipologias de avaliação mais utilizadas foram de implantação e de impacto e que a Política Nacional de Atenção Básica, o Programa Saúde da Família e o Programa Mais Médicos estão entre os mais avaliados. A maior parte dos estudos foram realizados por especialistas externos à organização responsável, com uma maior utilização de dados secundários e metodologias quantitativas. **Conclusão:** Verificou-se uma heterogeneidade dos corpos teóricos e dos conceitos utilizados nos estudos, que pode ser explicado pela ausência de consenso sobre as tipologias de avaliação na literatura. Recomenda-se a realização de novos estudos para analisar a qualidade metodológica da produção científica e a rede sociotécnica de colaboração na área da avaliação de políticas e programas de saúde.

**Palavras-chave:** Avaliação em Saúde, Política de Saúde, Programas Nacionais de Saúde, Brasil, Revisão de escopo.

## ABSTRACT

**Background:** The evaluation of policies and programs is an important tool to guarantee the efficiency and effectiveness of government actions. In recent decades, different models and typologies have been created for evaluating policies and programs in the health area, and currently the debate revolves around the appropriation of these methods. **Objectives:** Analyze the scientific highlights on the evaluation of public policies and national health programs in Brazil, in order to understand the scenario of health evaluation from its beginning to the present day. **Methods:** This is a scoping review based on the Joanna Briggs Institute (JBI) methodology and the PRISMA-ScR recommendations. We used the: MEDLINE, EMBASE, Web of Science, Scopus, LILACS, SciELO, 3ie and Google Scholar for gray literature. Studies whose object was the evaluation of national health policies and/or programs were included, and date or language limits were not adopted. One hundred thirty-six (136) studies were published from 1990 to 2022 and categorized according to evaluative approaches. **Results:** The results showed that there is a growing evaluative trend in Brazil, that the most used evaluation typologies were implementation and impact. The National Primary Care Policy (Política Nacional de Atenção Básica), the Family Health Program (Programa Saúde da Família) and the More Doctors Program (Programa Mais Médicos) were the most evaluated. Most of the studies were carried out by specialists external to the responsible organization. The secondary data and quantitative methodologies were most used. **Conclusion:** There was a heterogeneity of the theoretical bodies and concepts used in the studies, which can be explained by the lack of consensus on the evaluation typologies in the literature. It is recommended that new studies be carried out to analyze the methodological quality of scientific production and the sociotechnical collaboration network in evaluating health policies and programs.

**Keywords:**

Health Assessment, Health Policy, National Health Programs, Brazil, Scope review.

## RESUMEN

**Contexto:** La evaluación de políticas y programas es una herramienta importante para garantizar la eficiencia y eficacia de las acciones gubernamentales. En las últimas décadas se han creado diferentes modelos y tipologías para evaluar políticas y programas en el área de la salud, y actualmente el debate gira en torno a la apropiación de estos métodos. **Objetivos:** Analizar la producción científica sobre la evaluación de políticas públicas y programas nacionales de salud en Brasil, con el fin de comprender el escenario de la evaluación en salud desde sus inicios hasta la actualidad. **Métodos:** Esta es una revisión de alcance realizada de acuerdo con la metodología de Joanna Briggs Institute (JBI) y las recomendaciones PRISMA-ScR. Las búsquedas se realizaron en las bases de datos indexadas: MEDLINE, EMBASE, Web of Science, Scopus, LILACS, SciELO, 3ie y la literatura gris se buscó en Google Scholar. Se incluyeron estudios que tuvieron como objeto la evaluación de políticas y/o programas nacionales de salud. Y no se adoptaron límites de fecha o idioma. Se seleccionaron 136 publicaciones entre 1990 y 2022, las cuales fueron categorizadas según enfoques evaluativos. **Resultados:** Los resultados mostraron que existe una tendencia evaluativa creciente en Brasil, que las tipologías de evaluación más utilizadas fueron la implementación y el impacto y que la Política Nacional de Atención Primaria, el Programa Salud de la Familia y el Programa Más Médicos se encuentran entre los más evaluados. La mayoría de los estudios fueron realizados por especialistas externos a la organización responsable, con mayor uso de datos secundarios y metodologías cuantitativas. **Conclusión:** Hubo heterogeneidad de los cuerpos teóricos y conceptos utilizados en los estudios, lo que puede explicarse por la falta de consenso sobre las tipologías de evaluación en la literatura. Se recomienda realizar nuevos estudios para analizar la calidad metodológica de la producción científica y la red de colaboración sociotécnica en el área de evaluación de políticas y programas de salud. **Palabras-clave:** Evaluación de Salud, Política de Salud, Programas Nacionales de Salud, Brasil, Revisión de alcance.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Categorização das abordagens avaliativas dos estudos.....	39
Quadro 2 - Relação das Políticas Públicas de Saúde avaliadas.....	45
Quadro 3 - Relação dos Programas Nacionais de Saúde avaliados.....	46

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pesquisa, avaliação e tomada de decisão (políticas públicas). .....	19
Figura 2 - A avaliação de uma intervenção. ....	21
Figura 3 - Fluxograma PRISMA de seleção de estudos.....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de publicações científicas de 1990 a 2022, por períodos de 5 anos. ..	41
Gráfico 2 - Periódicos científicos com maior ocorrência de publicações. ....	42
Gráfico 3 - Instituições financiadoras dos estudos. ....	43
Gráfico 4 - Instituições de afiliação dos autores dos estudos. ....	43
Gráfico 5 - Unidades Federativas de abrangência dos estudos estaduais e municipais. ....	44
Gráfico 6 - Tipo de avaliação dos estudos. ....	47
Gráfico 7 - Tendência de aplicação dos tipos de avaliação ao longo dos anos. ....	48

## LISTA DE SIGLAS

3ie	<i>International Initiative for Impact Evaluation</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
Embase	<i>Excerpta Médica Database</i>
FAP	Fundação de Apoio à Pesquisa
FAPE	Fundação de Amparo a Pesquisas
FGV	Fundação Getulio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
IMIP	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira
INAN	Instituto de Alimentação e Nutrição
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
LOA	Lei de Orçamentos Anuais

MEDLINE	<i>Medical Literature Analysis and Retrieval System Online</i>
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSF	<i>Open Science Framework</i>
PCC	População, Conceito e Contexto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRISMA-ScR	<i>Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews</i>
RBMA	Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
UF	Universidade Federal
UF's	Unidades Federativas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA E PROGRAMA.....	12
1.2 O CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA.....	14
1.3 AVALIAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS .....	14
1.4 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS .....	16
1.5 AVALIAÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	18
1.6 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS NO BRASIL .....	25
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>29</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	29
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	29
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>30</b>
<b>4. RESULTADOS.....</b>	<b>32</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE A – Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) Checklist.....</b>	<b>58</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A política pública é onexo entre a teoria e a ação do Estado e é formada por atividades que são independentes umas das outras, são elas: formação e formulação, processo decisório, implementação e a avaliação. A avaliação, além de uma atividade importante para o desenvolvimento da política pública, é uma fase imprescindível do planejamento estatal. (1–5).

A avaliação de políticas e programas consiste em verificar se o desenho do programa está adequado à sua finalidade e aos objetivos pretendidos, se os serviços e ações prestados estão correlacionados com as metas definidas no planejamento, com os efeitos (resultados e/ou impactos) mensuráveis, e se os benefícios da política são válidos para compensar os seus custos (1).

Ao longo da história, especialmente nas últimas décadas, foram criados diferentes modelos e tipologias de avaliação. E atualmente, o debate gira em torno da apropriação dos diferentes métodos de avaliação, da globalização da profissão e de sua incorporação na rotina de trabalho das organizações públicas, ou seja, a institucionalização da atividade avaliativa de maneira coerente e integrada com as demais atividades em andamento (5–8).

Neste contexto, manifestam-se os seguintes questionamentos: Quais os métodos e enfoques são mais utilizados para se avaliar as políticas e programas nacionais de saúde do Brasil? Existe uma tendência avaliativa? Essa tendência é um movimento crescente? Quais são as políticas e programas mais avaliados?

Para responder as questões acima realizou-se uma pesquisa, que utilizou como método a revisão de escopo para mapear, sintetizar e analisar a produção científica sobre avaliação de políticas públicas e programas nacionais de saúde do Brasil, de forma compreender o cenário da avaliação em saúde desde seu início até os dias atuais.

Este trabalho de conclusão de dissertação tem como objetivo apresentar o processo de desenvolvimento e os resultados desta pesquisa. E encontra-se dividido em 5 partes: introdução, objetivos, métodos, resultados e conclusão. Na revisão de literatura buscou-se apresentar os conceitos de política pública, de programa, de ciclo da política pública e de avaliação. Também são apresentados os aspectos metodológicos e históricos sobre a avaliação de políticas públicas e programas nacionais de saúde e, por fim, um panorama sobre o tema no Brasil.

Na parte de objetivos encontram-se o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa. Nos métodos estão incluídos a conceituação e as etapas de desenvolvimento da revisão de escopo. Os resultados e discussão encontram-se aqui apresentados no formato de artigo científico. E por fim, na conclusão são apresentadas as principais contribuições da pesquisa e recomendações para futuras pesquisas na área.

### 1.1 CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA E PROGRAMA

A Política Pública é o nexos entre a teoria e a ação do Estado, ou seja, é o que o governo faz, como faz as e a consequências dessa ação na sociedade. É um campo de estudo que possui intersecção com múltiplas áreas do conhecimento permitindo sua compreensão por diferentes escopos conceituais e metodológicos. O Estudo de Política pública faz parte do processo de constituição do estado brasileiro com vistas a alcançar um sistema pautado na justiça e na democracia (1,2).

A política pública é formada por atividades que são interdependentes umas das outras, são elas: *Formação e Formulação* que se traduz no momento de formação das questões públicas e das correntes de opinião que contribuirá para a construção da agenda política e da elaboração da política pelas instituições públicas; o *Processo Decisório* onde os grupos de pressão influenciam os decisores; a *Implementação* que é a execução da política; e a *Avaliação*

momento em que é analisado quem recebe o que, como e quando recebe e que diferença faz em relação a situação anterior a implantação da política (1).

Após desenhada e formulada, a política pública desdobra-se em planos, programas, projetos e iniciativas entre outras nomenclaturas. E quando são postas em ação, são implementadas, permitindo ser acompanhadas e avaliadas (2).

Para melhor compreender as questões relacionada a política pública (como por exemplo, o problema para o qual a mesma foi desenhada, seus possíveis conflitos, sua trajetória e o papel dos indivíduos, grupos e instituições envolvidos no processo de tomada de decisão) foram elaborados diversos modelos explicativos de formulação e análise, entre os principais, destacam-se: O *tipo da política pública* que entende que cada política encontra diferentes formas de apoio e de rejeição, ou seja, a política pública faz a política, podendo assumir quatro formatos: constitutiva, regulatória, distributiva e redistributivas. O modelo *garbage can* compreende que existem vários problemas e poucas soluções e que as soluções procuram por problemas. O *ciclo da política pública* enxerga a política pública como um ciclo deliberativo, formado pela: percepção e definição de problemas; formação da agenda decisória; formulação de programas e projetos; implementação das políticas delineadas; monitoramento e avaliação das ações planejadas (7,9)

O modelo da *coalizão de defesa* defende que uma política pública é formada por um conjunto de subsistemas se destacam pelos seus valores, crenças e ideais e pelos recursos. O modelo de *arenas sociais* entende que o governo atua em algumas questões e ignora outras, e que é necessário convencer os decisores e formuladores a fazer algo sobre as questões ignoradas. O modelo do *equilíbrio interrompido* compreende que a política pública possui longos períodos de estabilidade e são interrompidos por períodos de instabilidade, momento em que ocorre mudanças profundas no cenário. E o *incrementalismo* que entende que a força

governamental possui pouca relevância substantiva, pois as decisões tomadas no passado constroem e limitam a adoção de novas decisões para alterar o cenário atual (9).

## 1.2 O CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA

O Ciclo da Política Pública, conforme já mencionado, é um modelo explicativo e analítico que compreende a política como um ciclo deliberativo no qual contém estágios com características específicas entre si. Ele é considerado um modelo simples, abrangente, com alto poder de explicação e previsão, podendo ser combinado também com outras abordagens (7,10).

Inicialmente, quando elaborado por Harold Lasswell entre meados de 1950 a 1970, este modelo dividia o processo da política pública em sete estágios: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação. Posteriormente, após a década de 1970, surgiram diferentes variações de estágio e agregações e atualmente a descrição mais utilizada para descrever a cronologia do processo político possui cinco estágios: percepção e definição de problemas (dentre todos os existentes na sociedade que pode ser resolvido pelo sistema político), formação da agenda decisória, formulação de programas e projetos (que orientarão a execução das atividades), implementação das políticas; monitoramento e avaliação das ações planejadas (7,10).

## 1.3 AVALIAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS

Avaliar é uma atividade do cotidiano humano (11). No dicionário, seu significado remete a determinação do valor de um objeto ou bem, a apreciação do mérito de uma pessoa ou trabalho ou ao exame de algo (12). Na literatura, as diversas definições de avaliação sempre remetem a ideia de julgamento a partir da aplicação de critérios para determinar o valor, a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado (6).

Numa abordagem mais abrangente, avaliar pode ser compreendido como a aplicação de um julgamento de valor a uma intervenção, por meio de um dispositivo capaz de fornecer informações cientificamente válidas e socialmente legítimas sobre ela ou qualquer um dos seus componentes. Tal julgamento, deve permitir que os diferentes atores envolvidos possam se posicionar sobre a intervenção e construir (individual ou coletivamente) um julgamento capaz de ser traduzido em ação (3,11,13).

A área de políticas públicas engloba inúmeras questões e necessidades. E é formada por uma variedade de disciplinas, instituições, executores e interesses. Devido a essa pluralidade, o conceito de avaliação de políticas públicas admite múltiplas definições, algumas inclusive contraditórias, mas sempre remetem a ideia de julgamento e valoração. E é pelo fato de envolver diferentes atores e interesses, que a avaliação de políticas públicas não pode ser apenas instrumental, técnica ou neutra (3,6).

Nesse sentido, compreende-se que a avaliação de políticas e programas consiste em verificar se o desenho do programa está adequado à sua finalidade e aos objetivos pretendidos, se os serviços e ações prestados estão correlacionados com as metas definidas no planejamento, com os efeitos (resultados e/ou impactos) mensuráveis, e se os benefícios da política são válidos para compensar os seus custos (6).

A avaliação de políticas e programas é uma ferramenta importante para melhorar a eficiência dos gastos públicos, o gerenciamento de qualidade e do controle social da eficiência e eficácia das ações governamentais. Nesse perspectiva, a avaliação assume um caráter processual, dinâmico e multifacetado que envolve uma intervenção, a atribuição de valores pautada em critérios válidos e legítimos e o uso no sentido da mudança social, onde seu objetivo último é a melhoria social, contribuindo para tornar as políticas e os programas mais coerentes a partir de uma análise sistemática que descreve e explica as atividades, os efeitos, as justificativas e as consequências sociais dessas políticas e programas (3,5,8,11).

#### 1.4 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS

Avaliar as intervenções sociais de forma sistêmica é uma atividade antiga. Há quatro mil anos, os chineses já utilizavam métodos avaliativos formais. No século XVIII, na Grã-Bretanha e na França, com o processo de modernização das sociedades ocidentais, as novas correntes ideológicas e filosóficas foram base para o pensamento científico moderno e acarretaram a multiplicação e o refinamento dos métodos de pesquisa social, permitindo, assim, a implementação de transformações sociais, políticas, culturais e econômicas. No período contemporâneo, com os avanços teóricos e a introdução de novos métodos, a avaliação se torna cada vez mais fina e completa (13,14).

A história da avaliação encontra-se dividida em quatro gerações: a primeira é o período do reformismo (1800-1900) e o da eficiência e testagem (1900-1930) e possui como principal característica a medida, como ênfase na construção e a aplicação de instrumentos de medidas para avaliar os beneficiários de uma intervenção; a segunda geração é o período da idade da inocência (1930-1960), centrada na descrição da intervenção marca o surgimento da avaliação de programa; a terceira geração é o período da expansão (1960-1973) e da profissionalização e institucionalização (1973-1990) apoiada no julgamento de mérito e do valor de uma intervenção para ajudar na tomada de decisões; e, por fim, a quarta geração ou período de dúvidas (1990 - atual) refere-se à negociação entre os atores interessados e envolvidos na avaliação (3,14).

Em cada geração e período da história da avaliação, existe diferenças entre a função atribuída pela avaliação, o papel dos avaliadores, o grau de interesse dos atores sociais na produção e utilização da avaliação e nos meios de difusão dos resultados produzidos. Em cada

novo período e nova geração, a avaliação apresenta novas questões e desafios serem respondidos (14).

Nos Estados Unidos e em alguns países da Europa a avaliação tem sido uma parte importante no estudo das políticas em termos de avanço teórico, desenvolvimento de metodologias e profissionalização. Entre os anos de 1960 e 1980, a avaliação se desenvolve junto com a implementação de políticas e programas e com o uso de ferramentas de manipulação e processamento eletrônico de dados (5,15).

Especificamente nos Estados Unidos, na década de 1960, avaliação é institucionalizada, como uma ferramenta de planejamento destinada aos formuladores de políticas e aos gerentes de mais alto escalão, dentro do enfoque *top-down* (de cima para baixo). Já no final da década de 1980, este enfoque foi gradualmente modificado pelo surgimento de metodologias *bottom-up* (de baixo para cima) e na década de 1990, acarretado pelo do *New Public Management* predominou a função de realocação, onde os avaliadores assumiram o papel de auditores com foco no levantamento e análise de resultados (5,15).

Já nos países da América Latina, a análise sistemática das políticas e programas ocorre apenas no fim dos anos 1980 e no início dos anos 1990, ocasionado pelo aprofundamento da democracia, que trouxe novos atores sociais e novas demandas para o governo, e a pressão das organizações internacionais em promover e melhorar os programas sociais impondo a avaliação como condição para financiamentos de projetos na região. Nesse sentido, a avaliação é institucionalizada como instrumento de reforma do Estado com vistas a contenção dos gastos públicos, a melhoria da eficiência e da produtividade, e da maximização da capacidade de resposta e da transparência e da responsabilização da gestão pública (5,8,15).

A implantação de sistemas de avaliação ocorre através de indução externa dos organismos multilaterais, têm desempenhado papel fundamental na priorização e definição dos

arcabouços metodológicos da avaliação de políticas públicas, como o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (ONU), numa perspectiva gerencialista, com investimento sistemático no processo com disponibilização de assistência técnica, financiamento, articulação de redes de profissionais, sensibilização de lideranças políticas e acadêmicas e correlacionando financiamento de projetos à exigência de avaliação (5,15).

Como exemplo, cita-se o Modelo do Quadro Lógico (*Logical Framework*), estabelecido em 1994 pelo BM, que é uma ferramenta destinada a facilitar a conceituação, o desenho, a execução e a avaliação de projetos. A ONU, por meio de suas agências, estabelece as diretrizes dos programas a serem avaliados. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que dissemina informações sobre avaliação como parte integrante da gestão pública por meio do intercâmbio de experiências, especialmente entre Brasil, Argentina e Chile pelo Projeto Fortalecimento da Função Avaliativa na América do Sul. E as redes de especialistas em torno da avaliação de políticas públicas, que aproxima profissionais de diversas áreas de conhecimento, estados e países, que divulgam experiências e produções acadêmicas e promovem um acúmulo de conhecimento e de expertise sobre essa temática, no Brasil, cita-se a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (5).

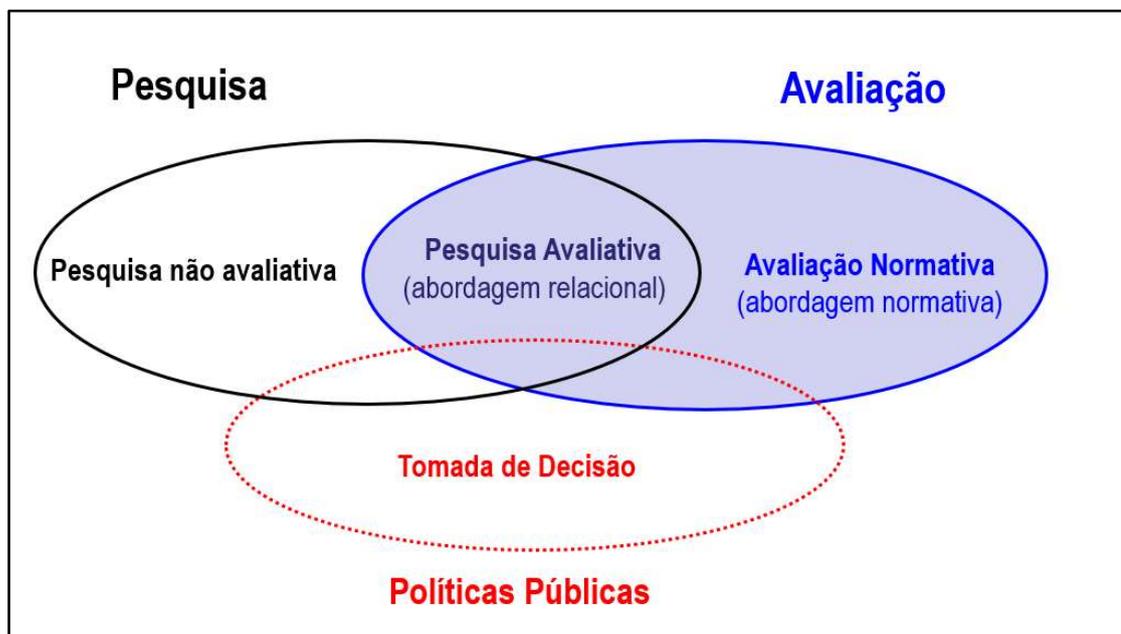
## 1.5 AVALIAÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Uma intervenção, qualquer que seja, pode ser compreendida como um sistema organizado de ação, onde são encontrados cinco componentes: a estrutura, os atores e suas práticas, os processos de ação, a finalidades e o ambiente. Na estrutura são incluídos os recursos físicos (financeiros, humanos, imobiliários, técnicos, informacionais), os recursos organizacionais (leis, regulamentos, convenções, regras de administração), e os recursos simbólicos (crenças, representações e valores). Os atores são todos os sujeitos, individuais e coletivos, envolvidos de forma direta ou indireta com a intervenção, suas práticas constituem a

própria intervenção e ao mesmo tempo são influenciadas por ela. Os processos de ação são todos os processos nos quais os recursos são mobilizados e utilizados pelos atores para produzir bens e serviços. Já a finalidade é o objetivo da intervenção. E o ambiente da intervenção é o contexto (físico, jurídico simbólico, histórico, econômico e social) onde a intervenção é implementada e com os quais ela interage (11).

A intervenção pode ser objeto de dois tipos de avaliação: a avaliação normativa ou a pesquisa avaliativa. A avaliação normativa buscar estudar cada um dos cinco componentes da intervenção em relação a normas e critérios de referência. Já a pesquisa avaliativa é um procedimento científico que examina as relações entre os diferentes componentes da intervenção, ou seja, compreende o como e o porquê dos resultados (11). Na figura abaixo é possível verificar que existe uma interseção parcial entre os dois tipos de avaliação e que existe uma área de pesquisa que não faz parte da avaliação (11).

**Figura 1** - Pesquisa, avaliação e tomada de decisão (políticas públicas).



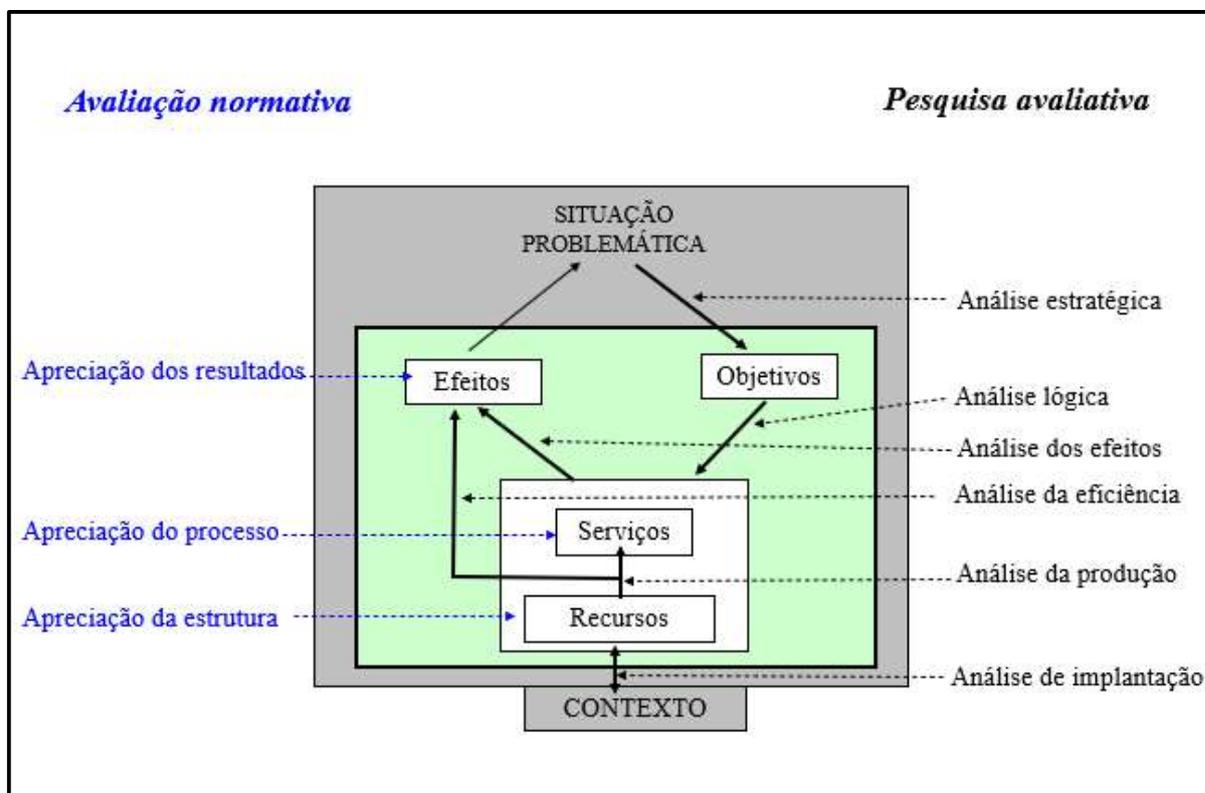
Fonte: Champagne et al. Avaliação: conceitos e métodos. 2011. p. 45 (com adaptações)

Na avaliação normativa é emitido um julgamento sobre a estrutura, o processo e os resultados de uma intervenção. Entretanto, a validade deste julgamento depende diretamente da validade da estratégia de medida, da confiabilidade e da validade dos instrumentos de medida, e da força de causalidade entre a estruturas, processos e resultados. Onde, na estrutura busca-se compreender se os recursos são empregados de forma adequada e em que medida atingem os resultados esperados. Já no processo, compreende-se em que medida os serviços são adequados para atingir os resultados esperados. E no resultado é analisado se os resultados observados correspondem aos esperados (11).

Na pesquisa avaliativa, como citado anteriormente, ocorre por meio de métodos científicos válidos e reconhecidos para analisar as relações existentes entre a intervenção e o contexto em que a mesma ocorre, podendo ser decomposta em seis tipos de análise: A análise estratégica (que determina a pertinência), a análise da lógica (que examina a coerência), a análise dos efeitos (examina os efeitos observáveis que são atribuídos à intervenção), a análise da eficiência (que atesta a eficiência global, ou seja, a relação dos custos com os recursos e os efeitos produzidos), a análise da produção (que examina a produtividade e a qualidade) e a análise da implantação (estuda a interação entre a intervenção, seus componentes e o contexto em comparação com a produção dos efeitos) (11).

Na figura abaixo, é apresentado a avaliação de uma intervenção por meio por meio dos dois tipos de avaliação: a avaliação normativa, que aprecia a estrutura, os processos e os resultados, e a pesquisa avaliativa que analisa a estratégia, a lógica, os efeitos, a eficiência, a produção e a implantação.

**Figura 2** - A avaliação de uma intervenção.



Fonte: Champagne et al. Avaliação: conceitos e métodos. 2011. p. 53 (com adaptações)

Os diferentes tipos de avaliação citados acima, podem ainda ser agrupados considerando outros critérios: a função da avaliação, o agente que avalia e os participantes do processo, a natureza da avaliação, o momento de realização da avaliação e o tipo de problema ao qual a avaliação responde (5,6).

Conforme a funções da avaliação, pode-se classifica-la em: *instrumental* quando está voltada ao tomador de decisão; *conceitual* quando está mais restrita aos técnicos locais do programa, podendo alterar a percepção desses atores e conseqüentemente o modo de operação e implementação; *persuasão* quando é utilizada para mobilizar apoio e gerar legitimidade à política; e *esclarecimento* quando é utilizada para influenciar as redes de profissionais e coalizões de defesa e, assim, podendo acarretar em mudanças na agenda governamental (5,6).

Conforme o agente que avalia o foco é nos atores responsáveis pela execução processo avaliativo. Nesse sentido, a avaliação é considerada *externa* quando realizada por especialistas externos à organização responsável. Tem como vantagem a imparcialidade, a objetividade, a possibilidade de comparação dos resultados obtidos com estudos similares e muitas vezes a formação e prática da equipe na área da avaliação. E tem como desvantagem a dificuldade de acesso aos dados. É considerada *interna* quando é executada pela mesma instituição e equipe diretamente responsável. Tem como vantagem um maior conhecimento sobre as especificidades e os detalhes da intervenção e possui maior possibilidade de reflexão, aprendizagem e compreensão sobre das atividades realizadas na organização. E como desvantagens uma maior subjetividade pois os avaliadores estão envolvidos com a formulação e execução. E é considerada *mista* quando os avaliadores externos possuem contato estreito com os executores da intervenção, o que pode maximizar as vantagens e minimizar ou superar as desvantagens (5).

A avaliação é considerada *participativa* quando prevê a participação dos beneficiários no planejamento, execução e avaliação das ações e *não participativa* quando não inclui os beneficiários neste processo. É principalmente desenvolvida em projetos pequenos e costuma fornecer informações sobre a opinião/percepção dos participantes e não sobre o impacto da intervenção (5).

Conforme a natureza, a avaliação pode ser considerada *formativa* quando analisa e produz informações sobre as etapas da implementação e fornece elementos para a correção de procedimentos da intervenção, nesse caso a natureza da avaliação é a formação do programa. Entretanto, são consideradas *somativas* quando a avaliação analisa e produz informações sobre a implementação e etapas posteriores com o objetivo de verificar o alcance de metas previstas e julgar seu valor global, contemplando relações entre processo, resultados e impacto, e muitas vezes até realizando comparações com outras intervenções diferentes (5).

Conforme o momento de realização, a avaliação é considerada *ex ante* quando ocorre antes do início da intervenção com o objetivo de auxiliar em sua implementação e prever seus efeitos potenciais. É considerada *ex post de percurso* quando ocorre durante a execução da intervenção e auxilia na continuidade, encerramento ou reformulação da mesma. É considerada *ex post de encerramento* quando é realizada após o encerramento da intervenção e auxiliar na replicação ou não da intervenção. Essa última, é o tipo de avaliação mais desenvolvida metodologicamente e com maior aplicação na atualidade. Para captação do impacto da intervenção é indicado a combinação de ambas para se comparar o alcance da intervenção (*ex post*) com as previsões (*ex ante*) (5).

Conforme o tipo de problema ao qual se pretende responder, a avaliação pode ser considerada de *processo*, de *resultado* ou de *impacto*. A avaliação de *processo* infere sobre a execução da intervenção, se foi executada conforme o previsto, tendo em vista os aspectos organizacional e institucional, social, econômico e político, e aponta possíveis correções ou adequações em seu modelo. Encontra-se mais voltada as situações contextuais e é utilizada como suporte para melhorar a eficiência operativa e a eficácia, disponibilizando resultados e informações aos executores da intervenção. A avaliação de *resultados* verifica em que medida a intervenção alcançou os objetivos e quais foram seus efeitos e consequências após sua implementação, ou seja, se houve modificações na situação-problema e se essas modificações se devem à intervenção ou a outros fatores. Examina também o sucesso ou fracasso em termos de mudança efetiva nas condições prévias de vida das populações beneficiadas e se essas mudanças são permanentes ou temporárias, com o fim ou a interrupção da intervenção. E se a mesma, se aplica a outras realidades, ou apenas a determinado contexto. Já a *avaliação de impacto* infere se os resultados encontrados estão causalmente relacionados aos produtos oferecidos pela intervenção, ou seja, identifica a situação dos participantes após a participação e como estariam caso não tivessem participado. No campo das políticas públicas, esse tipo de

pesquisa possui alta aceitabilidade na comunidade internacional, pois permite a realização de análises abrangentes, com grandes amostras populacionais. Entretanto, possui maior complexidade, alto custo financeiro e demandam maior tempo até produzirem resultados aos tomadores de decisão. Sua utilização é indicada quando a intervenção é inovadora, estratégica, existe incerteza sobre seu funcionamento e houver dados viáveis e de qualidade (5).

Recentemente, em setembro de 2020, a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) lançou a Diretrizes para a Prática de Avaliação no Brasil que, de forma resumida, é um guia que orienta as práticas de avaliação no Brasil, elaborado com base nos documentos nacionais e internacionais mais recentes e é voltado para profissionais, gestores, pesquisadores e demais interessados em desenvolver iniciativas na área de avaliação (16).

As Diretrizes para a Prática de Avaliação no Brasil possuem 4 dimensões interdependentes que tratam de características desejáveis às avaliações. São Elas:

- Aprendizagem e Utilização - com 7 afirmações: 1. Níveis de participação adequados aos interessados; 2. Propósitos acordados mutuamente; 3. Perguntas relevantes; 4. Resultados úteis; 5. Conclusões fidedignas; 6. Recomendações contextualizadas; e 7. Comunicação cuidadosa);
- Direitos e Integridade - com 7 afirmações: 8. Respeito aos direitos das pessoas; 9. Diversidade e equidade; 10. Identidades culturais; 11. Reciprocidade nas trocas; 12. Explicitação de interesses; 13. Transparência; 14. Legalidade);
- Contextualização e Valoração – com 4 afirmações: 15. Avaliações contextualizadas; 16. Descrição do objeto; 17. Critérios válidos ;18. Critérios explícitos;
- Método e Viabilidade – com 7 afirmações: 19. Viabilidade; 20. Tempo oportuno; 21. Metodologia consistente; 22. Técnicas e procedimentos válidos; 23. Percurso

metodológico explícito; 24. Autonomia e independência; 25. Gestão responsável; e 26. Meta-avaliação.

## 1.6 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS NO BRASIL

Enquanto nos Estados Unidos e em países da Europa os estudos de avaliação de políticas públicas se intensificaram a partir dos anos 60, no Brasil apenas na década de 90 as pesquisas começaram a se consolidar de fato. Muitas razões que fomentaram a demanda por avaliações de políticas e programas no Brasil a partir dos anos 1990, dentre elas destacam-se a crise fiscal, iniciada ainda nos anos 70, que diminuiu a capacidade de gasto dos governos e aumentou a pressão por maior eficiência. E o processo de democratização em que a sociedade passa a demandar por ações efetivas para a solução de problemas históricos. Nesse contexto, o Estado Brasileiro passou a redefinir sua área de atuação diante das restrições fiscais e, ao mesmo tempo, sofreu uma pressão até então inédita pela ampliação de políticas públicas mais universais, de qualidade e eficientes, onde a avaliação se transforma em uma ferramenta estratégica no ciclo das políticas públicas ainda mais importantes com a prevalência da lógica da gestão pública voltada para o desempenho ou resultados (5,6,8).

O interesse maior dos estudos de políticas e programas no Brasil é sobre os processos de formação da agenda e formulação das políticas em detrimento à implementação e a avaliação e monitoramento. Quando se trata de avaliação de políticas e programas, os estudos estão relacionados ao alcance das metas, aferição dos resultados esperado, produção, custo da produção, desempenho e prestação de contas (*accountability*) da gestão pública (3,6,10).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 165 estabelece como Leis de iniciativa do Poder Executivo: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e a Lei de Orçamentos Anuais (LOA). O PPA é um plano de

que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pela administração pública federal para as despesas de capital e para os programas de duração continuada, ao longo de um período de quatro anos. A LDO dispõe as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da LOA, as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Já a LOA é uma lei elaborada pelo poder executivo que estima as receitas e fixa as despesas do Governo para ano subsequente, na qual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social (17).

O PPA inclui o Relatório Anual de Avaliação que contém a avaliação dos Programas, realizada pelos gerentes; a Avaliação Setorial, elaborada no âmbito da Secretaria-Executiva dos ministérios; e a Avaliação do Plano, realizada pelo Ministério do Planejamento. A metodologia de avaliação de programas do PPA utiliza um conjunto de critérios e indicadores que possibilita o acompanhamento contínuo dos programas e possibilita a realização de uma avaliação do desempenho das variáveis macroeconômicas que fundamentaram a elaboração do Plano, uma avaliação do alcance das metas físicas e financeiras e da evolução dos indicadores de cada programa (5).

Ao longo dos anos os planos são aperfeiçoados com objetivo de apresentar maior resolutividade e transparência às ações de governo, como exemplo desse aperfeiçoamento, cita-se o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual, que foi uma inovação do PPA de 2004 a 2007 inexistente nos quadriênios anteriores, seu objetivo era assegurar que a avaliação integrasse a gestão dos programas subsidiando a tomada de decisão, bem como disseminar a cultura avaliativa e garantir sua utilização na formulação e implementação das políticas e programas de governo. A criação desse Sistema contribuiu para integração dos ciclos dos

processos e no empoderamento das equipes dos órgãos da administração federal, estadual e municipal (5,6).

A introdução efetiva da avaliação como instrumento na administração pública brasileira encontra dificuldades e resistências por parte de atores e organizações. Formalmente ela já está inserida no governo federal, mas ainda se encontra em processo de institucionalização. Há um crescente interesse em programas de avaliação dos governos brasileiros, mas na prática seus resultados são pouco utilizados no apoio à tomada de decisão e à retroalimentação das políticas públicas. Em contraposição, alguns estudos apontam que este processo de institucionalização da avaliação encontra-se bem avançado, em função da criação de sistemas avaliativos sofisticados e integrantes do ciclo de políticas públicas (6,8).

Nesse sentido, compreende-se então que, a cultura de avaliação não é consensual na sociedade e no Estado brasileiro e que administração pública se encontra em um processo evolutivo para sua institucionalização (6).

Sob o ponto de vista da pesquisa avaliativa, a maioria dos estudos sobre os processos de avaliação de políticas públicas realizados no Brasil a partir da década de 1960, possuem ênfase normativa, metodológica e classificatória, centrada em pesquisas que aplicam metodologias de avaliação de resultados ou de impacto, privilegiando os processos decisórios nas análises, em detrimento de investimentos mais sistemáticos no estudo dos processos de implementação e avaliação (5).

No campo da saúde, as ideias apresentadas até aqui não destoam. A avaliação em saúde no Brasil, apresenta-se por intermédio de processos incipientes, pouco incorporados às práticas, possuindo quase sempre, um caráter mais prescritivo e burocrático (13).

Entre as principais dificuldades para institucionalização da avaliação na gestão pública brasileira destacam-se a falta de conhecimento sobre o tema (o que gera incerteza

quanto aos seus benefícios), a possibilidade de aumento de custos sem a devida mensuração dos benefícios, a falta de formação dos recursos humanos para realizarem avaliações das ações, os programas que não são desenhados para serem avaliados e o receio das autoridades públicas em relação a eventuais resultados negativos, que muitas vezes apresentam resistência para a realização dessa atividade proibindo-a diretamente ou dificultando sua realização através de medidas burocráticas, como tornar inacessíveis as fontes, falta de apoio e até desinteresse no levantamento de dados. No âmbito da pesquisa avaliativa a principal dificuldade é controlar as variáveis antecedentes, processuais e de resultados no delineamento da pesquisa, que resulta em inferências espúrias, atribuindo ao programa a responsabilidade de resultados não provocados por ele, mas por outros fatores. Além de poucos dados disponíveis e, quando existentes, bastante limitados e com periodicidade irregular (5,6).

Nesse sentido, faz-se necessário incorporar a avaliação como uma atividade regular das instituições; fortalecer e aprimorar os sistemas de informações existentes para construir indicadores de desempenho e gerar dados acessíveis e avaliáveis, ou seja, factível a avaliação; incorporar todos os atores envolvidos; e considerar o contexto da macropolítica no escopo da avaliação (5,18,19).

Atualmente o debate mundial acerca da atividade avaliativa gira em torno da apropriação dos diferentes métodos de avaliação, da globalização da profissão e de sua incorporação na rotina de trabalho das organizações públicas, ou seja, a institucionalização da atividade avaliativa de maneira coerente e integrada com as demais atividades em andamento. Este debate é fomentado principalmente pelo crescente interesse político por *accountability*, pelos indicadores de performance e pela transparência (5,6).

## 2. OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a produção científica sobre avaliação de políticas públicas e programas nacionais de saúde do Brasil, de forma compreender o cenário da avaliação em saúde desde seu início até os dias atuais.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Mapear toda a produção científica realizada na área de avaliação de políticas e programas nacionais de saúde desde o início das bases de dados até junho de 2022.
- b. Realizar um estudo descritivo das publicações encontradas.
- c. Analisar as avaliações realizadas nos estudos conforme a tipologia, a posição do avaliador, os participantes do processo, a época de realização e o tipo de problema ao qual a avaliação responde.
- d. Apresentar um panorama situacional da avaliação de políticas e programas nacionais de saúde no Brasil, descrevendo as principais tendências e lacunas encontradas.

### 3. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos e responder à questão norteadora desse estudo, foi realizada uma revisão de escopo. Também chamada de “*scoping review*” ou “estudo de escopo”, a revisão de escopo compreende um método de síntese de revisão de literatura rigoroso, transparente e replicável que tem como objetivo mapear os conceitos-chave que sustentam uma área de pesquisa, permitir uma ampla visão de um tópico e as principais fontes e tipos de evidências disponíveis (20–23).

A utilização da revisão de escopo como metodologia de pesquisa possibilita examinar a dimensão do conhecimento disponível a respeito de um tópico em termos de sua natureza, características e volume, reunir evidências de fontes díspares ou heterogêneas, identificar lacunas de pesquisa existente na literatura, resumir e divulgar resultados. É o ponto de partida para a realização de uma revisão sistemática (20–23).

Enquanto a revisão sistemática busca as melhores evidências disponíveis para responder a uma questão específica, a partir parâmetros de qualidade e critérios de inclusão e exclusão pré-definidos, com extração detalhada de dados e síntese quantitativa dos resultados. Na revisão de escopo, busca-se determinar o tamanho e o escopo das evidências produzidas, independentemente de sua qualidade. Por isso, a pergunta de pesquisa é ampla, os critérios de inclusão e exclusão podem ser desenvolvidos posteriormente, sem necessariamente envolver extração de dados e com resultados apresentados por meio de síntese qualitativa (20–24).

No campo da Políticas Públicas, estudos de revisão são uma importante ferramenta para subsidiar a tomada de decisão com base nas melhores evidências disponíveis, pois fortalece o próprio processo dando maior efetividade e transparência, além de permitir a generalização dos dados, o aumento da validade externa dos estudos, a realização de análises mais consistentes de subgrupos e a identificação das necessidades de planejamento de estudos maiores e definitivos (24).

A revisão de escopo, assim como as demais revisões sistemáticas, deve se iniciar com o desenvolvimento de um protocolo com critérios de inclusão e exclusão que se relacionam claramente com os objetivos e a pergunta de pesquisa. O protocolo de revisão do escopo é importante, pois além de definir previamente os objetivos e métodos a serem utilizados, aumenta a clareza e o rigor do processo, possibilita a transparência da condução e do relato e diminui a ocorrência de viés (21,23).

Esta revisão teve o protocolo de pesquisa registrado no *Open Science Framework* (OSF) no dia 29 de maio de 2022 (<https://osf.io/wdrt9/>) e foi conduzida de acordo com a metodologia do *Joanna Briggs Institute* (JBI) e com base nas recomendações do guia internacional *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR) para o seu relato (20,21,23,25,26).

A descrição dos itens necessários para a realização desta revisão de escopo (pergunta de pesquisa, os critérios de elegibilidade, estratégia de busca, fontes de informação e os critérios de seleção e extração dos estudos), encontram-se disponíveis no protocolo de pesquisa e no capítulo 4 – Resultados.

Os aspectos legais e éticos obedeceram integralmente a Resolução N° 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991. A pesquisa foi realizada exclusivamente com textos científicos, que dispensa a necessidade de submissão e aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa.

#### 4. RESULTADOS

### Avaliação de políticas e programas nacionais de saúde do Brasil: uma revisão de escopo

#### **Autores:**

Sindy Maciel Silva<sup>1</sup>, Jorge Otávio Maia Barreto<sup>1</sup>, Darla Maciel Silva<sup>2</sup>, Leonor Maria Pacheco Santos<sup>2</sup>

#### **RESUMO:**

**Contexto:** Nas últimas décadas foram criados diferentes modelos e tipologias para a avaliação de políticas e programas em saúde, e atualmente o debate gira em torno da apropriação desses métodos. **Objetivos:** Analisar a produção científica sobre avaliação de políticas e programas nacionais de saúde do Brasil, de forma compreender o cenário da avaliação em saúde desde seu início até os dias atuais. **Métodos:** Trata-se de uma revisão de escopo conduzida de acordo com a metodologia do Joanna Briggs Institute (JBI) e as recomendações do PRISMA-ScR. As buscas foram conduzidas nas bases indexadas: MEDLINE, EMBASE, Web of Science, Scopus, LILACS, SciELO, 3ie e a literatura cinzenta foi buscada no Google Scholar. Incluíram-se os estudos que tivessem como objeto a avaliação de políticas e/ou programas nacionais de saúde e não foram adotados limites de data ou idioma. Selecionaram-se 136 publicações entre 1990 a 2022, que foram categorizados conforme as abordagens avaliativas. **Resultados:** Verificou-se a existência de uma tendência avaliativa em crescimento no Brasil. As tipologias de avaliação mais utilizadas foram de implantação e de impacto. E a Política Nacional de Atenção Básica, o Programa Saúde da Família e o Programa Mais Médicos estão entre os mais avaliados. Verificou-se uma heterogeneidade dos corpos teóricos e dos conceitos utilizados nos estudos, que pode ser explicado pela ausência de consenso sobre as tipologias de avaliação na literatura. **Conclusão:** Este estudo cumpriu a perspectiva exploratória de sintetizar a produção científica sobre avaliação de políticas e programas nacionais de saúde, levantando importantes elementos para contribuir com futuras discussões. Recomenda-se a realização de novos estudos para analisar a qualidade metodológica da produção científica e a rede sociotécnica de colaboração na área da avaliação de políticas e programas de saúde.

---

<sup>1</sup> Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasília, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil.

**Palavras-chave:** Avaliação em Saúde, Política de Saúde, Programas Nacionais de Saúde, Brasil, Revisão de escopo.

## ABSTRACT

**Background:** In recent decades, different models and typologies have been created for evaluating policies and programs in the health area, and currently the debate revolves around the appropriation of these methods. **Objectives:** The current study aimed to analyze the scientific highlights on the evaluation of public policies and national health programs in Brazil, to understand the scenario of health evaluation from its beginning to the present day. **Methods:** This is a scoping review based on the Joanna Briggs Institute (JBI) methodology and the PRISMA-ScR recommendations. We used the: MEDLINE, EMBASE, Web of Science, Scopus, LILACS, SciELO, 3ie and Google Scholar for gray literature. Studies whose object was the evaluation of national health policies and/or programs were included, and date or language limits were not adopted. One hundred thirty-six (136) studies were published from 1990 to 2022 and categorized according to evaluative approaches. **Results:** It was verified the existence of an evaluative tendency in growth in Brazil. The most used types of evaluation were implementation and impact. And the National Primary Care Policy, the Family Health Program and the More Doctors Program are among the most evaluated. There was a heterogeneity of the theoretical bodies and concepts used in the studies, which can be explained by the lack of consensus on the evaluation typologies in the literature. **Conclusion:** This study fulfilled the exploratory perspective of synthesizing the scientific production on the evaluation of national health policies and programs, raising important elements to contribute to future discussions. It is recommended that new studies be carried out to analyze the methodological quality of scientific production and the sociotechnical collaboration network in the area of evaluation of health policies and programs.

### **Key words:**

Health Assessment, Health Policy, National Health Programs, Brazil, Scope review.

## INTRODUÇÃO

A avaliação de políticas e programas consiste em verificar se o desenho do programa está adequado à sua finalidade e aos objetivos pretendidos, se os serviços e ações

prestados estão correlacionados com as metas definidas no planejamento, com os efeitos (resultados e/ou impactos) mensuráveis, e se os benefícios da política são válidos para compensar os seus custos (1).

A avaliação de políticas e programas é uma ferramenta importante para melhorar a eficiência dos gastos públicos, o gerenciamento de qualidade e o controle social da eficiência e eficácia das ações governamentais. A avaliação possui um caráter processual, dinâmico e multifacetado que envolve uma intervenção, a atribuição de valores pautada em critérios válidos e legítimos e o uso no sentido da mudança social, onde seu objetivo último é a melhoria social, contribuindo para tornar as políticas e os programas mais coerentes, a partir de uma análise sistemática que descreve e explica as atividades, os efeitos, as justificativas e as consequências sociais dessas políticas e programas (2–5)

A introdução da avaliação na administração pública brasileira encontra dificuldades e resistências por parte de atores e organizações. Formalmente, ela já está inserida desde a Constituição de 1988, com o estabelecimento das leis de iniciativa do Poder Executivo, mas ainda se encontra em processo de institucionalização, pois embora tenham sido criados sistemas avaliativos sofisticados e integrados ao ciclo das políticas públicas, os resultados são pouco utilizados para a tomada de decisão e para retroalimentação das políticas públicas. No âmbito acadêmico, a avaliação encontra-se em fase de construção teórica e metodológica com trajetórias e caminhos abertos para exploração, impulsionado principalmente pela crescente necessidade dos órgãos públicos em obter uma maior eficiência e transparência de suas ações, qualificar os processos de implementação e melhorar o gasto público (1,3–6).

No campo da saúde, as ideias apresentadas até aqui não destoam. A avaliação em saúde no Brasil, apresenta-se por intermédio de processos incipientes, pouco incorporados às práticas, possuindo quase sempre, um caráter mais prescritivo e burocrático (7).

Ao longo da história, especialmente nas últimas décadas, foram criados diferentes modelos e tipologias de avaliação. Atualmente, o debate gira em torno da apropriação dos diferentes métodos de avaliação, da globalização da profissão e de sua incorporação na rotina de trabalho das organizações públicas, ou seja, a institucionalização da atividade avaliativa de maneira coerente e integrada com as demais atividades em andamento (1,3,4,8).

Neste sentido, os objetivos deste estudo foram mapear, sintetizar e analisar a produção científica sobre avaliação de políticas públicas e programas nacionais de saúde do Brasil, de forma compreender o cenário da avaliação em saúde desde seu início até os dias atuais.

## **MÉTODOS**

Trata-se de uma revisão de escopo, que consiste em mapear a literatura existente de determinado assunto em termos de natureza, características e volume. Esta revisão teve o protocolo de pesquisa registrado no Open Science Framework (OSF), em 29 de maio de 2022 (<https://osf.io/wdrt9>) e foi conduzida de acordo com a metodologia do *Joanna Briggs Institute* (JBI) e com base nas recomendações do guia internacional *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR) para o seu relato (9–13).

### **Pergunta de Pesquisa e Critérios de Elegibilidade:**

Para orientar a formulação da questão norteadora, adotou-se a estratégia PCC (População, Conceito e Contexto) para estruturar a seguinte pergunta: Quais são as publicações científicas sobre Avaliação de Políticas Públicas e Programas Nacionais de Saúde realizados no Brasil? Assim, foram definidos com base na questão norteadora: População - estudos sobre políticas e/ou programas nacionais de saúde do Brasil. Tal descrição deveria constar no título

ou no resumo. Foram excluídos os estudos referentes a políticas ou programas estaduais e/ou municipais de saúde, os estudos de políticas e programas nacionais de outras áreas e de ações não-governamentais; Conceito – estudos de avaliação de políticas e programas de saúde. Foram excluídos os estudos de avaliação de tecnologias, medicamentos, tratamentos, serviços, sistemas de informação, indicadores, ações, iniciativas, projetos, planos, estratégias, linhas de cuidado, protocolos clínicos, práticas em saúde, os estudos de abordagem teórico-conceitual e metodológico de avaliação, entre outros relacionados; Contexto – qualquer contexto.

Foram considerados os estudos originais disponíveis em tipo/formato de publicação tais como artigos científicos, livros, capítulos de livros publicados desde o início de publicação dos bancos de dados. Foram excluídos os estudos repetidos, bem como os protocolos de estudos, cartas ao editor, artigos de opinião, ensaio, monografias, dissertações, teses, relatos de experiências e resumos publicados em anais de eventos científicos.

A revisão de escopo não prevê a exclusão de artigos segundo critérios de qualidade metodológica, sendo assim, foram considerados estudos com diferentes abordagens (9).

### **Fontes de Informação e Estratégia de Busca:**

A busca foi realizada entre 08 a 28 de junho de 2022 nos seguintes bancos de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* – MEDLINE (via PubMed), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* - LILACS (via BVS - Biblioteca Virtual em Saúde), *Scientific Electronic Library Online* - SciELO, *Excerpta Médica Database* - Embase, *Institute for Scientific Information (ISI) Web of Knowledge* - *Web of Science*, *SciVerse Scopus* – Scopus, *3ie - International Initiative for Impact Evaluation* e o *Google Scholar*, para as fontes de estudos não publicados.

Para identificação dos descritores, foi realizada uma busca no Descritores em Ciências da Saúde (DECS), com os termos *Avaliação*, *Política Pública de Saúde*, *Programa*

*Nacional de Saúde e Brasil*. Foi realizada a leitura minuciosa acerca dos detalhes, estrutura hierárquica e conceito para identificação dos termos que se aplicavam ao escopo desta pesquisa. São eles: *Avaliação de Programas e Projetos de Saúde; Avaliação em Saúde; Política de Saúde; Programas Nacionais de Saúde; e Brasil*. E para a elaboração da estratégia de busca, foi realizada uma adaptação dos termos encontrados no DECS para cada fonte de informação: Para a LILACS e o SciELO foram utilizados os termos em inglês, português e espanhol. Para a Scie e o Google Scholar foram utilizados os termos em inglês e português. Para Web of Science e Scopus foi utilizado os termos em inglês. Para o PUBMED foi realizada uma busca dos termos e dos termos de entrada (entry terms) no MESH. E para o EMBASE foi utilizado os termos do Emtree.

### **Seleção dos Estudos e Extração dos Dados:**

Todos os registros identificados nos bancos de dados foram importados para o software *Rayyan* (<https://rayyan.qcri.org/>) e os duplicados foram removidos. A triagem e seleção dos estudos foi realizada com base nos títulos e resumos e posteriormente os artigos pré-selecionados foram avaliados em texto completo para confirmar a sua elegibilidade. Todo o processo de seleção foi realizado por dois revisores independentes e as divergências foram resolvidas por diálogo ou com consulta a um terceiro revisor.

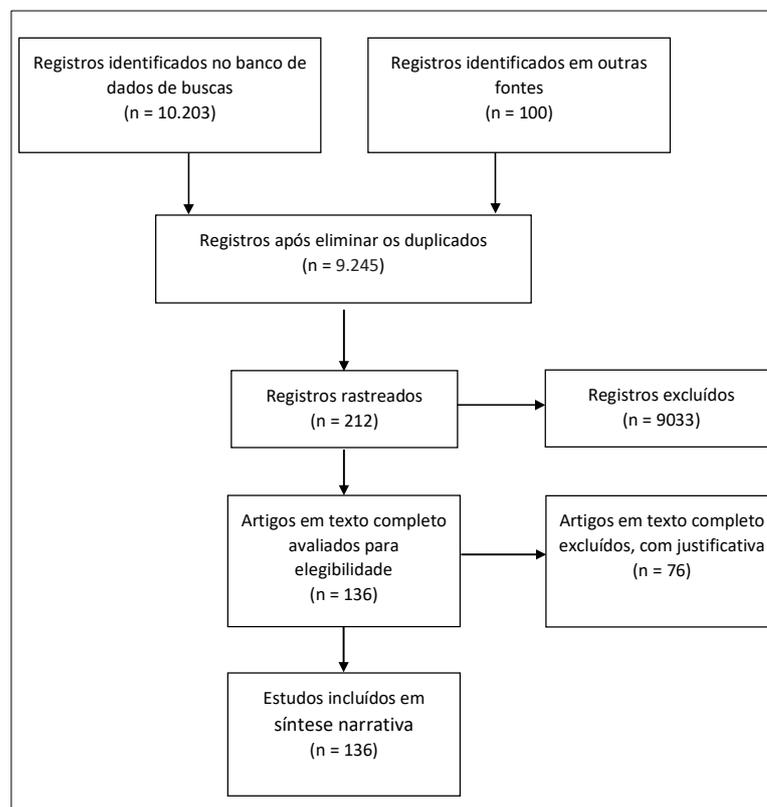
A extração dos dados dos estudos selecionados foi realizada usando um instrumento estruturado, elaborado para este estudo para a tabulação dos dados no Microsoft Excel (<https://products.office.com/>). Esta ferramenta de extração de dados foi adaptada do modelo disponibilizado pelo JBI. E incluíram detalhes a respeito as características das publicações (data de publicação, revista, autor, título, método, idioma, país), das políticas/programa de saúde (nome, público-alvo) e das avaliações realizadas (tipo de avaliação, agente que avalia,

participantes do processo, momento de realização e tipo de problema ao qual a avaliação responde).

## RESULTADOS

Foram identificados pela estratégia de busca 10.203 artigos e outros 100 foram incluídos da literatura cinzenta (n = 10.303). Foram excluídos 1.058 documentos duplicados e 9.033 que não atendiam aos critérios de inclusão pela leitura do título e dos resumos. Por fim, 212 artigos foram lidos na íntegra e, destes, 76 foram excluídos pelos seguintes motivos: não era uma política pública ou programa nacional de saúde (8/76), não era um estudo avaliativo (15/76), duplicidade em inglês (30/76), monografia/dissertação/tese (20/76), resumo publicado em evento científico (3/76). Ao final, obteve-se o total de 136 estudos incluídos nesta revisão (Figura 3).

**Figura 3** - Fluxograma PRISMA de seleção de estudos.



Fonte: Autor.

A lista dos 136 estudos incluídos em síntese narrativa encontra-se disponível no OSF (<https://osf.io/wdrt9>).

Para a extração dos dados relacionados à avaliação, considerando que os autores utilizaram diversas abordagens, as categorias foram fundamentadas nos marcos conceituais de avaliação, segundo Brousselle et al (2), Ramos (3), Vieira-da-Silva (14), Habicht et al (15), Donabedian (16).

**Quadro 1 - Categorização das abordagens avaliativas dos estudos.**

<b>TIPOS DE AVALIAÇÃO</b>	
Acesso	Avalia o grau de utilização de serviços e de cobertura real (14).
Avaliabilidade	Análise sistemática e preliminar de um programa em sua teoria e prática para determinar se há justificativa para uma avaliação (14).
Avaliação de 4ª Geração	Abordagem participativa e construtivista. Instrumentos de negociação e de fortalecimento do poder (14).
Cobertura	Mede a proporção da população-alvo beneficiada pelas ações do programa (14,15).
Efeito	Examina os efeitos observáveis que são atribuídos à intervenção (6).
Efetividade	Avalia o efeito de uma intervenção em situação real. É a razão entre o impacto observado e o planejado (14).
Eficácia	Avalia o efeito potencial de uma intervenção em situação considerada como ideal ou experimental (14).
Eficiência	Atesta a relação dos custos com os recursos e os efeitos produzidos (2,14).
Estratégia	Determina a pertinência da intervenção e a natureza do problema que supostamente ela resolve ou com que lida (2).
Estrutura	Analisa se os recursos são empregados de forma adequada e em que medida atingem os resultados esperados (2).
Impacto	Avalia se os objetivos do programa foram alcançados ou não. É o resultado do após a implantação comparado com o resultado caso não tivesse sido implementado (14,15).
Implantação	Analisa em que medida uma intervenção está sendo implantada conforme concebida. Estuda a interação entre a intervenção, seus componentes e o contexto em comparação com a produção dos efeitos (2,14).
Lógica	Examina a coerência, ou seja, determina se há adequação entre os objetivos da intervenção e os meios implementados para alcançá-los(2).
Processo	Compreende-se em que medida os serviços são adequados para atingir os resultados esperados (2).
Produção	Examina a relação entre o volume e a qualidade dos serviços produzidos e os recursos utilizados para a sua produção (2).
Qualidade	Relação entre benefícios, risco e custos de uma intervenção (14).
Resultado	Compreende os efeitos de um programa sobre os indivíduos ou populações (2,16).
<b>POSIÇÃO DO AVALIADOR</b>	
Externa	Quando realizada por especialistas externos à organização responsável (3).
Interna	Quando é executada pela mesma instituição e equipe diretamente responsável (3).

Mista	Quando os avaliadores externos possuem contato estreito com os executores da intervenção (3).
<b>OS PARTICIPANTES DO PROCESSO</b>	
Não participativa	Quando não inclui os beneficiários no processo (3).
Participativa	Quando prevê a participação dos beneficiários no planejamento, execução e avaliação das ações (3).
<b>ÉPOCA DE REALIZAÇÃO</b>	
Ex ante	Quando ocorre antes do início da intervenção com o objetivo de auxiliar em sua implementação e prever seus efeitos potenciais (3).
Ex post de encerramento	Quando ocorre durante a execução da intervenção e auxilia na continuidade, encerramento ou reformulação da mesma (3).
Ex post de percurso	Quando é realizada após o encerramento da intervenção e auxiliar na replicação ou não da intervenção (3).
<b>TIPO DE PROBLEMA AO QUAL A AVALIAÇÃO RESPONDE</b>	
Processo	Inferir sobre a execução da intervenção, se foi executada conforme o previsto, tendo em vista os aspectos organizacional e institucional, social, econômico e político, e aponta possíveis correções ou adequações em seu modelo (3).
Resultado	Verifica em que medida a intervenção alcançou os objetivos e quais foram seus efeitos e consequências após sua implementação, ou seja, se houve modificações na situação-problema e se essas modificações se devem à intervenção ou a outros fatores (3).
Impacto	Inferir se os resultados encontrados estão causalmente relacionados aos produtos oferecidos pela intervenção, ou seja, identifica a situação dos participantes após a participação e como estariam caso não tivessem participado (3).

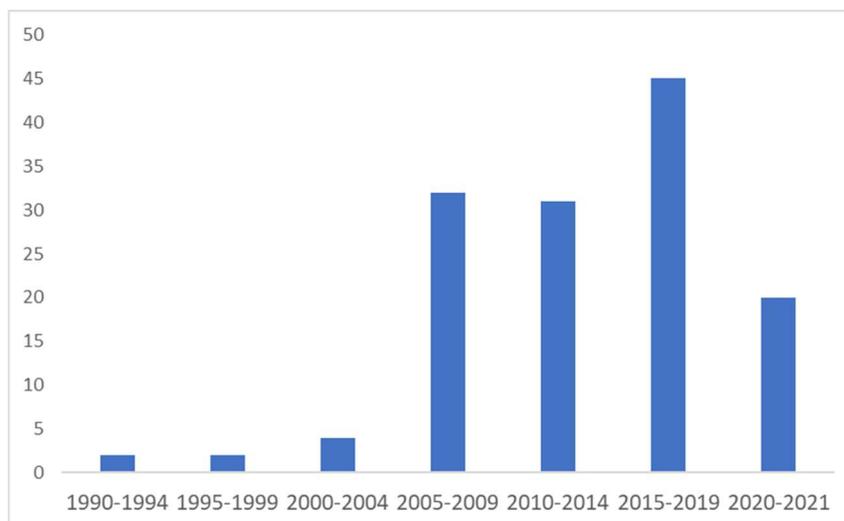
Fonte: Autor.

A síntese dos achados foi feita pela similaridade das temáticas e usou-se a estatística descritiva para a análise dos resultados, por meio de frequência absoluta e relativa.

### **Características das Publicações:**

O primeiro estudo de avaliação de políticas e programas de saúde foi publicado no Brasil em 1990, mas a maior das publicações (94%) ocorre a partir de 2005. Ao dividir por períodos de 5 anos, verifica-se a ocorrência dessas publicações respectivamente: de 2015 a 2019 (33%), de 2005 a 2009 (24%), de 2010 a 2014 (23%), de 2020 a 2022 (15%), de 2000 a 2004 (3%), de 1995 a 1999 (1%), e de 1990 a 1994 (1%) (Gráfico 1).

**Gráfico 1** - Quantidade de publicações científicas de 1990 a 2022, por períodos de 5 anos.

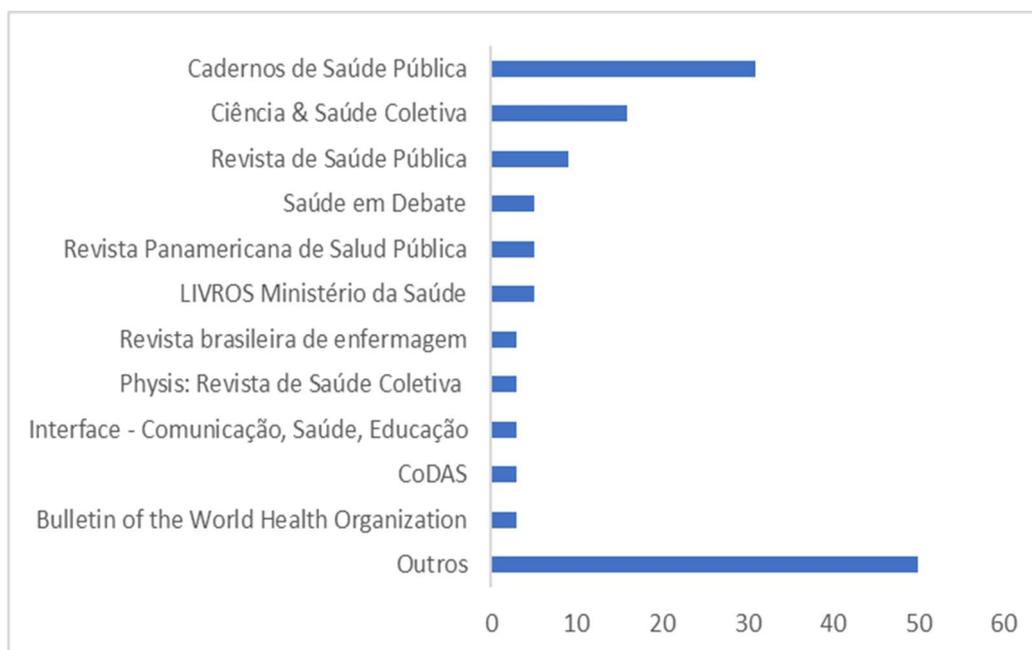


Fonte: Autor.

O idioma de publicação dos estudos mais frequente foi o português (67%), seguido pelo idioma inglês (24%), português-inglês (8%) e espanhol (1%).

O periódico científico com maior ocorrência de publicações foi o Cadernos de Saúde Pública (23%), seguido pela revista Ciência & Saúde Coletiva (12%) e pela Revista de Saúde Pública (7%). Destacam-se também, as publicações da *Revista Panamericana de Salud Pública* (4%) e os livros do Ministério da Saúde (4%), que possuem a mesma ocorrência de publicações da Revista Saúde em Debate (4%). Ao todo, verifica-se que presença de 54 periódicos com estudos de avaliações publicados (Gráfico 2).

**Gráfico 2** - Periódicos científicos com maior ocorrência de publicações.



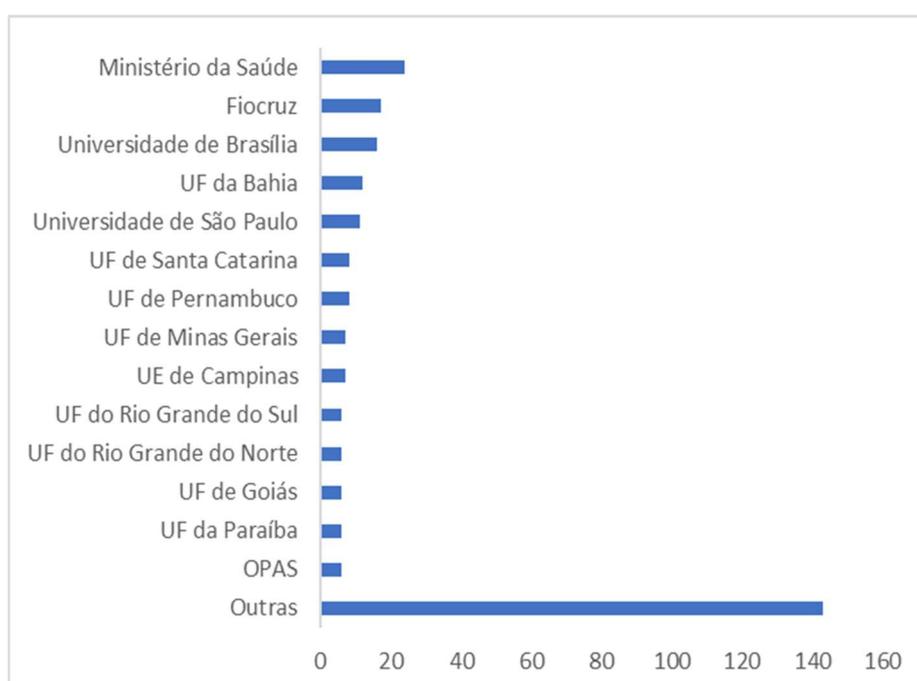
Fonte: Autor.

Com base nas informações sobre financiamento declaradas nos artigos, verifica-se que as instituições que mais financiaram estudos de avaliação foram respectivamente: o Ministério da Saúde (13%), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (11%), a Fundação de Amparo à Pesquisa - FAP (5%), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (4%), o Banco Mundial (3%) e a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS (3%). Outras 27 instituições (nacionais e internacionais) também foram as financiadoras de publicação de estudos de avaliação (17%). Entretanto, registra-se que quase metade das publicações (40%) não possuíam informações referente ao financiamento, ou seja, muito provavelmente não foram financiados, e que uma pequena parte (3%) informavam não terem sido financiados (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Instituições financiadoras dos estudos.**

Fonte: Autor.

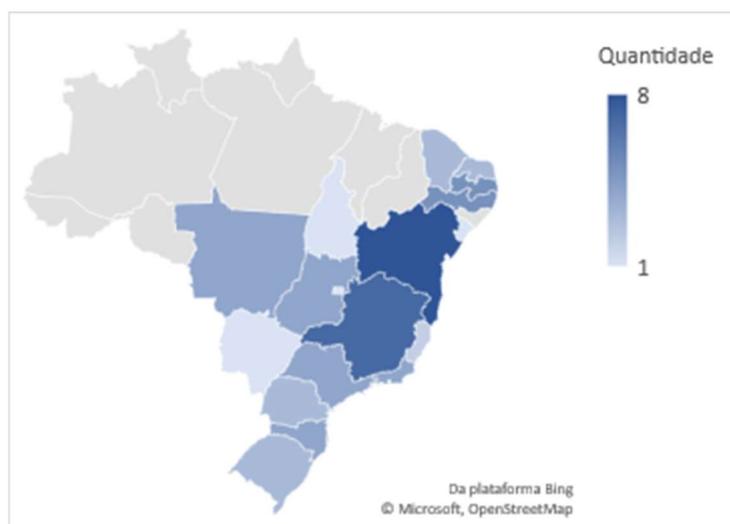
As instituições de afiliação dos autores mais frequentes nos estudos foram respectivamente: o Ministério da Saúde (8%), a Fundação Oswaldo Cruz (6%), a Universidade de Brasília - UnB (6%), a Universidade Federal da Bahia (4%) e a Universidade Federal de São Paulo (4%) (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Instituições de afiliação dos autores dos estudos.**

Fonte: Autor.

Com relação a área de abrangência da pesquisa, a maior parte dos estudos são de abrangência nacional (48%), seguido pela abrangência municipal (28%) e estadual (24%). Ao analisar apenas os estudos de abrangência estadual e municipal verifica-se que as Unidades Federativas (UFs) com maior frequência de avaliação são respectivamente: Bahia (13%) e Minas Gerais (11%). O gráfico 4, apresenta frequência desses estudos, onde verifica-se que, a maioria das UFs da região nordeste e todas da região centro-oeste, sudeste e sul encontram-se no escopo dos estudos de avaliações. Entretanto, na região norte apenas o Tocantins havia sido referenciado e na região nordeste não houve registro encontrado para o Maranhão, Piauí e Alagoas. Essas UFs apenas foram contempladas nos estudos de avaliações de abrangência nacional (Gráfico 5).

**Gráfico 5** - Unidades Federativas de abrangência dos estudos estaduais e municipais.



Fonte: Autor.

Com relação a metodologia utilizada para se avaliar as políticas e programas nacionais de saúde, a maior parte dos estudos (51%) utilizaram metodologia quantitativa, seguido da metodologia mista (29%) e da metodologia qualitativa (20%). E sobre a coleta de

dados, verifica-se uma maior utilização dos dados secundários (53%), precedido pela utilização de dados mistos (24%) e dos dados primários (23%).

### **Características das Políticas e Programas Nacionais de Saúde avaliadas:**

Dos 136 estudos de avaliação selecionados, 34 estudos tinham como objeto a avaliação de políticas e 102 estudos a avaliação de programas nacionais de saúde.

A política mais avaliada foi a Política Nacional de Atenção Básica (24%), seguido pela Política Nacional de Saúde Bucal (12%), Política Nacional de Humanização (9%), Política Nacional de Promoção da Saúde (9%) e Política Nacional de Saúde Mental (9%). Ao todo, 16 políticas de saúde foram avaliadas (Quadro 2).

O programa mais avaliado foi o Programa Saúde da Família (27%), seguido pelo Programa Mais Médicos (16%), pelo Programa Nacional de Imunização (6%), pelo Programa Academia da Saúde (4%) e pelo Programa Nacional de Controle da Hanseníase (4%). Ao todo, 33 programas nacionais de saúde foram avaliados (Quadro 3).

**Quadro 2** - Relação das Políticas Públicas de Saúde avaliadas.

<b>Nome da Política Pública de Saúde Avaliada</b>	<b>Nº de Estudos</b>
Política Nacional de Atenção Básica	8
Política Nacional de Saúde Bucal	4
Política Nacional de Humanização	3
Política Nacional de Promoção da Saúde	3
Política Nacional de Saúde Mental	3
Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva	2
Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	2
Política de Reestruturação dos Hospitais de Ensino e Filantrópicos	1
Política Nacional de Alimentação e Nutrição	1
Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes Privados de Liberdade	1
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem	1
Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	1
Política Nacional de Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica	1
Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	1
Política Nacional de Práticas Complementares e Integrativas	1

Política Nacional de Regulação	1
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>

Fonte: Autor.

### Quadro 3 - Relação dos Programas Nacionais de Saúde avaliados.

Nome do Programa Nacional de Saúde Avaliado	Nº de Estudos
Programa Saúde da Família (PSF/ESF)	28
Programa Mais Médicos	16
Programa Nacional de Imunização	6
Programa Academia da Saúde	4
Programa Nacional de Controle da Hanseníase	4
Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento	3
Programa Nacional de Controle da Dengue	3
Programa Nacional de Controle da Tuberculose	3
Programa Nacional de DST/aids	3
Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica	3
Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A	3
Programa de Controle da Doença de Chagas	2
Programa de Controle da Esquistossomose	2
Programa Farmácia Popular do Brasil	2
Programa Nacional de Triagem Neonatal	2
Programa de Controle de Qualidade em Mamografia	1
Programa de Tratamento do Tabagismo	1
Programa de Valorização da Atenção Básica	1
Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica	1
Programa Melhor em Casa	1
Programa Multicêntrico de Qualificação Profissional em Atenção Domiciliar a Distância (PMQPAD)	1
Programa Nacional de Controle da Raiva	1
Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo Uterino e de Mama - Programa Viva Mulher	1
Programa Nacional de Promoção ao Aleitamento Materno	1
Programa Nacional de Suplementação de Ferro	1
Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A - Programa Nacional de Controle da Deficiência de Vitamina A	1
Programa Nacional de Triagem Neonatal_Auditia	1
Programa Nacional de Triagem Neonatal_Fibrose Cística	1
Programa Nacional de Triagem Neonatal_Hemoglobinopatias	1
Programa Nacional Saúde Não Tem Preço	1
Programa Pesquisa para o SUS	1
Programa Telessaúde Brasil	1
Programa Vida no Trânsito	1
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>

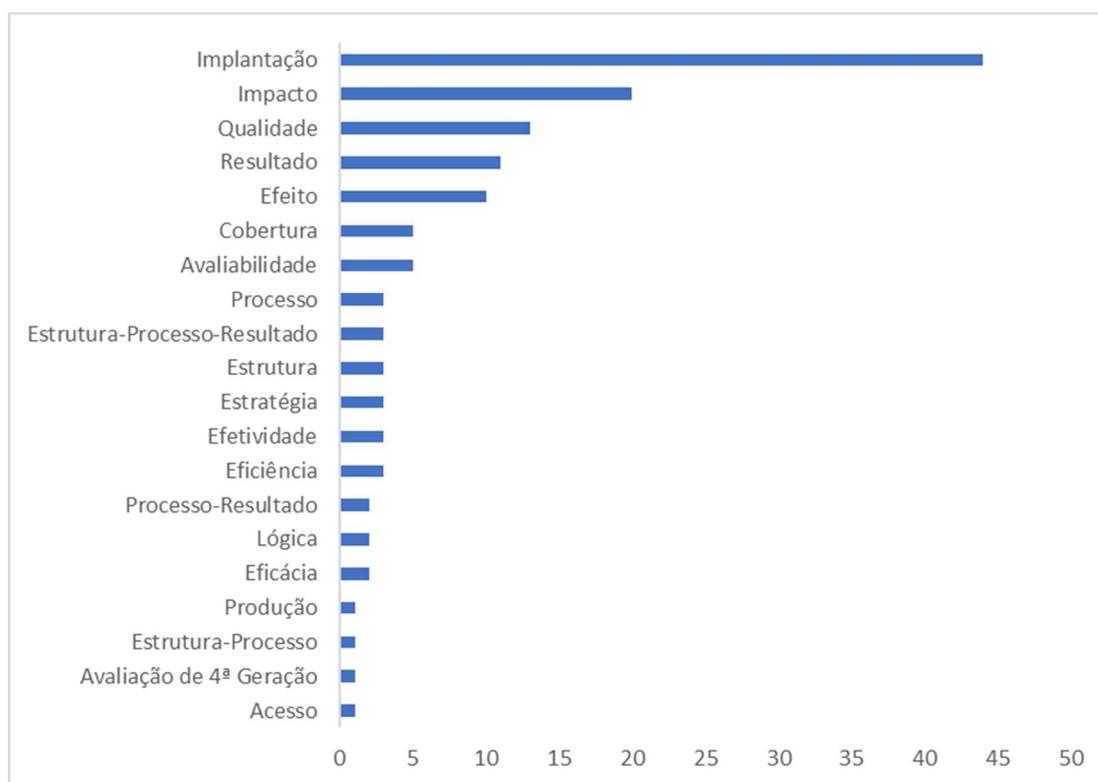
Fonte: Autor.

### Características das Avaliações:

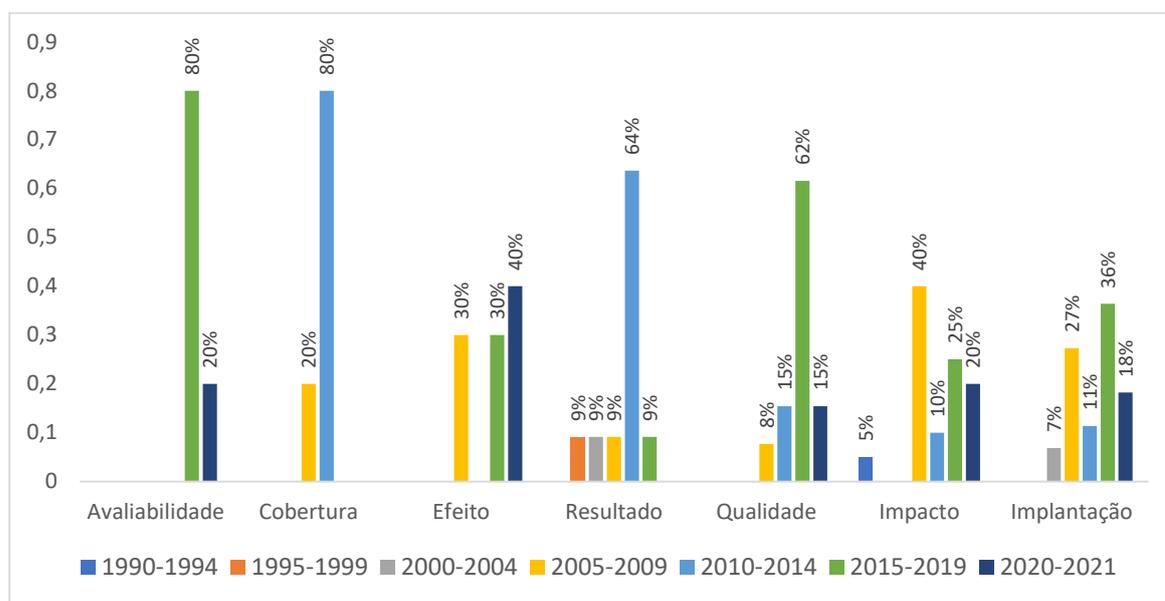
Verifica-se que o tipo de avaliação mais utilizado nos estudos é a avaliação (ou análise) da implantação (32%), seguido pela avaliação de impacto (15%), avaliação da qualidade (10%), avaliação de resultado (8%), avaliação (ou análise) dos efeitos (7%), avaliação de cobertura (4%), avaliabilidade (4%), eficiência (2%), efetividade, (2%), estratégia (2%), estrutura (2%), estrutura-processo-resultado (2%), processo (2%), acesso (1%), avaliação de 4ª geração (1%), estrutura-processo (1%), produção (1%), eficácia (1%), lógica (1%), processo-resultado (1%) (Gráfico 6).

Ao analisar a tendência de aplicação dos tipos de avaliação ao longo dos anos, verifica-se uma frequência de crescimento na utilização desses modelos, em especial a avaliação de impacto e implantação. E o surgimento de novas abordagens avaliativas, como a avaliabilidade a partir de 2015 (Gráfico 7).

**Gráfico 6** - Tipo de avaliação dos estudos.



Fonte: Autor.

**Gráfico 7** - Tendência de aplicação dos tipos de avaliação ao longo dos anos.

Fonte: Autor.

Com relação à posição do avaliador, verifica-se a maior parte dos estudos foram realizados por especialistas externos à organização responsável (77%), precedido pela avaliação mista (17%), ou seja, realizada por avaliadores internos e externos. E uma pequena parte (6%) interna, ou seja, realizada pela mesma instituição e equipe diretamente responsável.

Com relação aos participantes do processo, 56% dos estudos foram classificados como avaliações não participativas e 44% classificadas como avaliações participativas por contar a participação dos usuários, dos profissionais ou gestores em alguma etapa do processo.

Todas as 136 avaliações foram realizadas após o início da política ou programa: *Ex post* de percurso (99%) e *Ex post* de encerramento (1%). E sobre o tipo de problema ao qual a avaliação pretende responder, verifica-se que a maior parte (45%) responde a questões relacionadas com o processo de execução da política ou programa, ou seja, se foi executada conforme o previsto, tendo em vista os aspectos organizacional e institucional, social, econômico e político, e aponta possíveis correções ou adequações em seu modelo. Precedido por questões relacionadas com o resultado (38%) da política ou programa, ou seja, em que

medida os objetivos foram alcançados e quais foram os seus efeitos e consequências. E pelo impacto (17%), ou seja, identifica a situação dos participantes após a participação e como estariam caso não tivessem participado (3).

## **DISCUSSÃO**

Este estudo de revisão de escopo possibilitou a identificação de 136 estudos de avaliação. Os resultados da análise permitem inferir que, as políticas e os programas que são implementados no âmbito da atenção básica, como por exemplo a Política Nacional de Atenção Básica, o Programa Saúde da Família e o Programa Mais Médicos são mais avaliados do que as políticas e os programas implementados em outros níveis de atenção.

Os dados demonstram que os primeiros estudos de avaliação de políticas e programas de saúde foram publicados a partir de 1990, mas apenas a partir de 2005 é verificado um crescimento no número de publicações. E que de 2015 a 2019 foi o período com maior frequência de publicação (33%). Esses dados estão em conformidade com a literatura, que afirma que os estudos nessa área, começam a se proliferar a partir de 2005, com conquistas e avanços a partir de 2010. E que a área da saúde e educação estão entre as principais áreas pesquisadas (4,17).

Verifica-se a existência de instituições que apoiam diretamente o setor, como por exemplo o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde, que são instituições financiadoras dos estudos, ao passo que também são instituições de afiliação dos autores e possuem periódicos com ocorrência de publicações.

Ao olhar para a área de abrangência dos estudos estaduais e municipais, verifica-se que todos os estados da região norte (com exceção do Tocantins) e três dos estados da região nordeste (Maranhão, Piauí e Alagoas) não foram referenciadas. Esta evidência sugere a

necessidade de realização de novos estudos para compreensão da não existência de estudos com essas características nesses estados.

As tipologias de avaliação mais utilizadas nos estudos foram a avaliação (ou análise) de implantação (32%) e a avaliação de impacto (15%), que apresentaram uma tendência de crescimento expressiva a partir do ano de 2005. Esses dados permitem afirmar que existe uma tendência avaliativa no Brasil e que essa tendência é um movimento crescente.

A maior parte dos estudos foram realizados por especialistas externos (77%), que utilizaram dados secundários (53%) e metodologias quantitativas (51%). A principal vantagem da avaliação externa é a isenção e objetividade, visto que os avaliadores não estão implicados diretamente no processo. Outra vantagem é a possibilidade de comparar os resultados obtidos com outras políticas ou programas similares. Entre as desvantagens destacam-se a dificuldade para acesso aos dados (que pode explicar a predileção pelo uso dos dados secundários), um possível posicionamento defensivo, fornecimento de dados parciais e diminuição dos efeitos da avaliação (3).

A maior parte dos estudos (56%) foram classificados como avaliações não participativa. Entretanto, considera-se que as avaliações participativas (44%) possuem um valor expressivo. Entre os artigos selecionados que inferem a realização de avaliação participativa, chama a atenção um estudo de avaliação, publicado em 2022, que utiliza como referencial teórico metodológico a avaliação de quarta geração.

A avaliação de 4ª geração é descrita na literatura como um período da história da avaliação e não como uma tipologia de avaliação. Foi publicada em 1989 como uma nova abordagem de avaliação, um instrumento de negociação e de fortalecimento do poder. Os parâmetros e limites da avaliação de 4ª geração são determinados por meio de um processo evolutivo, interativo e iterativo, que envolve a negociação com grupos de interesse

potencialmente afetados pela avaliação, favorecendo o diálogo, a reflexão crítica e a compreensão mútua dos diferentes atores sociais envolvidos (2).

A literatura aponta para uma maior popularização das metodologias participativas de avaliação e o crescente reconhecimento da avaliação como instrumento de empoderamento dos beneficiários (18).

Outro dado interessante a ser citado é o aparecimento dos estudos de avaliabilidade, que surgem a partir de 2015. A avaliabilidade, também chamada de análise da situação, da estratégica ou da lógica, é descrita como análise sistemática e preliminar de um programa em sua teoria e prática para determinar se há justificativa para a realização de uma avaliação (14).

O estudo tem como limitações os critérios para a seleção dos marcos conceituais para a categorização das abordagens avaliativas, ocasionado pela ausência de consenso sobre as tipologias de avaliação na literatura e pela heterogeneidade dos corpos teóricos e dos conceitos utilizados pelos estudos selecionados.

Os marcos conceituais utilizados para a categorização das abordagens avaliativas dos estudos foram baseados em autores clássicos do campo da avaliação em saúde. Entretanto, esta área de pesquisa encontra-se em fase de construção teórica e metodológica, com trajetórias e caminhos abertos para exploração, que é um desafio para sistematizar o conhecimento sobre o tema, mas também, uma oportunidade com caminhos abertos para contribuição (4,17).

Como pontos fortes considera-se a ampla variedade de base de dados utilizadas, que reúnem uma expressiva produção científica da área da saúde. E a metodologia e guia internacional utilizado na condução desta revisão de escopo, que possibilita a transparência e rigor na condução do processo, diminui a ocorrência de viés e permite a reprodutibilidade desta pesquisa.

Pode-se recomendar, ainda, a realização de novos estudos de revisão sistemática para analisar a qualidade metodológica dos estudos de avaliação políticas e programas de saúde.

E a realização de estudos bibliométricos para analisar a rede sociotécnica de colaboração de pesquisa em avaliação existente no Brasil.

#### **Agradecimentos:**

À Fiocruz Brasília, pelo acesso a todas as bases de dados, via assinatura institucional do Portal de Periódicos CAPES.

#### **Financiamento e conflitos de interesse:**

Esta pesquisa foi desenvolvida com financiamento próprio. Não há conflito de interesse.

#### **REFERÊNCIAS**

1. Nogueira RA, Cavalcante PL. Avaliação e monitoramento: duas experiências de institucionalização na gestão das políticas públicas no Poder Executivo Federal brasileiro. Desarrollo CL de A para el, editor. 2009;27–30. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2168>
2. Brousselle A, Champagne F, Contandriopoulos A-P, Hartz Z. Avaliação : conceitos e métodos. 2ª. Fiocruz, editor. Rio de Janeiro; 2016. 292 p.
3. Ramos MP, Schabbach LM. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: Conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Rev Adm Publica. 2012;46(5):1271–94.
4. Crumpton CD, Medeiros JJ, Ferreira V da RS, Sousa M de M, Najberg E. Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: Análise da pesquisa nos últimos 10 anos. Rev Adm Publica. 2016;50(6):981–1001.
5. Cruz MM. Avaliação de Políticas e Programa de Saúde: Contribuições para o debate. Em: Unida R, editor. MATTOS, R A; BAPTISTA, T W F Caminhos para análise das

- políticas de saúde. 1ª edição. 2011. p. 181–99.
6. Champagne F, Contandriopoulos A-P, Brousselle A, Hartz Z, Denis J-L. A Avaliação no Campo da Saúde: conceitos e métodos. Em: Avaliação: conceitos e métodos. 2011. p. 41–60.
  7. Carvalho ALB de. Desafios e perspectivas para institucionalização do monitoramento e avaliação no âmbito da gestão do Sistema Único de Saúde [Internet]. 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20971>
  8. Raeder S. Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. *Perspect em Políticas Públicas* [Internet]. 2014;VII:121–46. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/viewFile/856/550>
  9. Arksey H, O’Malley L. Scoping studies: towards a methodological framework. *Int J Soc Res Methodol* [Internet]. 1 de Fevereiro de 2005;8(1):19–32. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>
  10. Peters M, Godfrey C, McInerney P, Munn Z, Trico A, Khalil H. Chapter 11: Scoping Reviews. *JBIMan Evid Synth* [Internet]. 2020 [citado 12 de Junho de 2022]; Disponível em: <https://jbi-global-wiki.refined.site/space/MANUAL/4687342/Chapter+11%3A+Scoping+reviews>
  11. JBI. The Joanna Briggs Institute Reviewers’ Manual 2015: Methodology for JBI scoping reviews. Joanne Briggs Inst [Internet]. 2015;1–24. Disponível em: [http://joannabriggs.org/assets/docs/sumari/ReviewersManual\\_Mixed-Methods-Review-Methods-2014-ch1.pdf](http://joannabriggs.org/assets/docs/sumari/ReviewersManual_Mixed-Methods-Review-Methods-2014-ch1.pdf)
  12. Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O’Brien KK, Colquhoun H, Levac D, et al. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): Checklist and explanation. *Ann Intern Med* [Internet]. 2 de Outubro de 2018 [citado 25 de Junho de 2022];169(7):467–73. Disponível em: <https://prisma-statement.org//Extensions/ScopingReviews>

13. Silva SM, Barreto JOM, Silva DM, Santos LMP. Avaliação de políticas e programas nacionais de saúde do Brasil: protocolo de revisão de escopo. Open Sci Framew [Internet]. 2022; Disponível em: <https://osf.io/wdrt9/>
14. Vieira-da-Silva LM. Avaliação de Políticas e Programas de Saúde. 1ª Edição. Fiocruz, editor. Rio de Janeiro; 2018. 110 p.
15. Habicht JP, Vaughan JP. Evaluation designs for adequacy , plausibility and probability of public health programme. 1999;10–8.
16. Donabedian A. Evaluating the Quality of Medical Care. Milbank Q. 2005;83(4):691–729.
17. Fernandes FMB, Ribeiro JM, Moreira MR. Reflexões sobre avaliação de políticas de saúde no Brasil. Cad Saude Publica. 2011;27(9):1667–77.
18. Faria CAP de. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. Rev Bras Ciências Sociais. 2005;20(59):97–169.

## 5. CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que existe uma tendência avaliativa no Brasil iniciada a partir de 1990 e que essa tendência se encontra em movimento crescente. As tipologias de avaliação mais utilizadas foram de implantação e de impacto. A Política Nacional de Atenção Básica, o Programa Saúde da Família e o Programa Mais Médicos, estão entre os mais avaliados. A maior parte dos estudos foram realizados por especialistas externos à organização responsável, com uma maior utilização de dados secundários e metodologias quantitativas.

Este estudo cumpriu a perspectiva exploratória de sintetizar a produção científica sobre avaliação de políticas e programas nacionais de saúde, levantando importantes elementos para contribuir com futuras discussões. Por consequência, recomenda-se que novos estudos analisem a qualidade metodológicas da produção científica e a rede sociotécnica de colaboração de pesquisa que não foram objeto desta análise.

Sistematizar o conhecimento sobre a pesquisa realizada na área da avaliação de políticas e programas, mostrou-se uma tarefa complexa devido à ausência de consenso sobre as tipologias de avaliação na literatura e pela heterogeneidade dos corpos teóricos e dos conceitos utilizados nos estudos. Espera-se que este estudo possa contribuir para o fortalecimento, a solidificação e o aperfeiçoamento do campo da avaliação de políticas e programas de saúde.

## REFERÊNCIAS

1. Pedone L. *Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas* [Internet]. (FUNCEP) FC de F do SP, editor. 1986. 49 p. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2982>
2. Souza C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Cad CRH*. 2003;(39):11–24.
3. Cruz MM. *Avaliação de Políticas e Programa de Saúde: Contribuições para o debate*. Em: Unida R, editor. MATTOS, R A; BAPTISTA, T W F *Caminhos para análise das políticas de saúde*. 1ª edição. 2011. p. 181–99.
4. Brousselle A, Champagne F, Contandriopoulos A-P, Hartz Z. *Avaliação : conceitos e métodos*. 2ª. Fiocruz, editor. Rio de Janeiro; 2016. 292 p.
5. Ramos MP, Schabbach LM. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: Conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Rev Adm Publica*. 2012;46(5):1271–94.
6. Nogueira RA, Cavalcante PL. *Avaliação e monitoramento: duas experiências de institucionalização na gestão das políticas públicas no Poder Executivo Federal brasileiro*. Desarrollo CL de A para el, editor. 2009;27–30. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2168>
7. Raeder S. *Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas*. *Perspect em Políticas Públicas* [Internet]. 2014;VII:121–46. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/viewFile/856/550>
8. Crumpton CD, Medeiros JJ, Ferreira V da RS, Sousa M de M, Najberg E. *Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: Análise da pesquisa nos últimos 10 anos*. *Rev Adm Publica*. 2016;50(6):981–1001.
9. Souza C. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*. 2006;(16):20–45.
10. Werner J, Wegrich K. *Theories of the policie cycle*. Em: *Handbook of the Public Policy Analysis*. 2007. p. 43–63.
11. Champagne F, Contandriopoulos A-P, Brousselle A, Hartz Z, Denis J-L. *A Avaliação no Campo da Saúde: conceitos e métodos*. Em: *Avaliação: conceitos e métodos*. 2011. p. 41–60.
12. Editora P, editor. *Dicionário Básico Língua Portuguesa*. 1ª edição. 1995. 607 p.
13. Carvalho ALB de. *Desafios e perspectivas para institucionalização do monitoramento e avaliação no âmbito da gestão do Sistema Único de Saúde* [Internet]. 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20971>
14. Carl-Arady D, Champagnhe F, Bilodeau H. *Histórico da Avaliação*. Em: *Avaliação: conceitos e métodos*. 2011. p. 19–39.
15. Faria CAP de. *A Política da Avaliação de Políticas Públicas*. *Rev Bras Ciências Sociais*. 2005;20(59):97–169.
16. Silva RR, Joppert MP, Gasparini MFV. *Diretrizes para a prática de avaliação no Brasil*.

- Rio de Janeiro; 2020.
17. BRASIL, Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988 p. 1–136.
  18. Costa FL, Castanhar JC. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Rev adm pública*. 2003;37(22):969–92.
  19. Lobato L de VC. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988. *Cienc e Saude Coletiva*. 2009;14(3):721–30.
  20. Arksey H, O'Malley L. Scoping studies: towards a methodological framework. *Int J Soc Res Methodol* [Internet]. 1 de Fevereiro de 2005;8(1):19–32. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>
  21. JBI. The Joanna Briggs Institute Reviewers' Manual 2015: Methodology for JBI scoping reviews. Joanne Briggs Inst [Internet]. 2015;1–24. Disponível em: [http://joannabriggs.org/assets/docs/sumari/ReviewersManual\\_Mixed-Methods-Review-Methods-2014-ch1.pdf](http://joannabriggs.org/assets/docs/sumari/ReviewersManual_Mixed-Methods-Review-Methods-2014-ch1.pdf)
  22. Munn Z, Peters MDJ, Stern C, Tufanaru C, McArthur A, Aromataris E. Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC Med Res Methodol*. 2018;18(1):1–7.
  23. Peters M, Godfrey C, McInerney P, Munn Z, Trico A, Khalil H. Chapter 11: Scoping Reviews. *JBI Man Evid Synth* [Internet]. 2020 [citado 12 de Junho de 2022]; Disponível em: <https://jbi-global-wiki.refined.site/space/MANUAL/4687342/Chapter+11%3A+Scoping+reviews>
  24. Brasil. Ministério da Saúde B. Diretrizes Metodológicas: elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados. System. Brasília; 2012. 92 p.
  25. Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O'Brien KK, Colquhoun H, Levac D, et al. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): Checklist and explanation. *Ann Intern Med* [Internet]. 2 de Outubro de 2018 [citado 25 de Junho de 2022];169(7):467–73. Disponível em: <https://prisma-statement.org//Extensions/ScopingReviews>
  26. Silva SM, Barreto JOM, Silva DM, Santos LMP. Avaliação de políticas e programas nacionais de saúde do Brasil: protocolo de revisão de escopo. *Open Sci Framew* [Internet]. 2022; Disponível em: <https://osf.io/wdrt9/>

## APPENDICE A – Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

### Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) Checklist

SECTION	ITEM	PRISMA-ScR CHECKLIST ITEM	REPORTED ON PAGE #
<b>TITLE</b>			
Title	1	Identify the report as a scoping review.	33
<b>ABSTRACT</b>			
Structured summary	2	Provide a structured summary that includes (as applicable): background, objectives, eligibility criteria, sources of evidence, charting methods, results, and conclusions that relate to the review questions and objectives.	33
<b>INTRODUCTION</b>			
Rationale	3	Describe the rationale for the review in the context of what is already known. Explain why the review questions/objectives lend themselves to a scoping review approach.	34
Objectives	4	Provide an explicit statement of the questions and objectives being addressed with reference to their key elements (e.g., population or participants, concepts, and context) or other relevant key elements used to conceptualize the review questions and/or objectives.	36
<b>METHODS</b>			
Protocol and registration	5	Indicate whether a review protocol exists; state if and where it can be accessed (e.g., a Web address); and if available, provide registration information, including the registration number.	36
Eligibility criteria	6	Specify characteristics of the sources of evidence used as eligibility criteria (e.g., years considered, language, and publication status), and provide a rationale.	36
Information sources*	7	Describe all information sources in the search (e.g., databases with dates of coverage and contact with authors to identify additional sources), as well as the date the most recent search was executed.	37
Search	8	Present the full electronic search strategy for at least 1 database, including any limits used, such that it could be repeated.	36
Selection of sources of evidence†	9	State the process for selecting sources of evidence (i.e., screening and eligibility) included in the scoping review.	38
Data charting process‡	10	Describe the methods of charting data from the included sources of evidence (e.g., calibrated forms or forms that have been tested by the team before their use, and whether data charting was done independently or in duplicate) and any processes for obtaining and confirming data from investigators.	38
Data items	11	List and define all variables for which data were sought and any assumptions and simplifications made.	38
Critical appraisal of individual sources of evidence§	12	If done, provide a rationale for conducting a critical appraisal of included sources of evidence; describe the methods used and how this information was used in any data synthesis (if appropriate).	38
Synthesis of results	13	Describe the methods of handling and summarizing the data that were charted.	38

SECTION	ITEM	PRISMA-ScR CHECKLIST ITEM	REPORTED ON PAGE #
<b>RESULTS</b>			
Selection of sources of evidence	14	Give numbers of sources of evidence screened, assessed for eligibility, and included in the review, with reasons for exclusions at each stage, ideally using a flow diagram.	41
Characteristics of sources of evidence	15	For each source of evidence, present characteristics for which data were charted and provide the citations.	41
Critical appraisal within sources of evidence	16	If done, present data on critical appraisal of included sources of evidence (see item 12).	41
Results of individual sources of evidence	17	For each included source of evidence, present the relevant data that were charted that relate to the review questions and objectives.	41
Synthesis of results	18	Summarize and/or present the charting results as they relate to the review questions and objectives.	41
<b>DISCUSSION</b>			
Summary of evidence	19	Summarize the main results (including an overview of concepts, themes, and types of evidence available), link to the review questions and objectives, and consider the relevance to key groups.	50
Limitations	20	Discuss the limitations of the scoping review process.	52
Conclusions	21	Provide a general interpretation of the results with respect to the review questions and objectives, as well as potential implications and/or next steps.	56
<b>FUNDING</b>			
Funding	22	Describe sources of funding for the included sources of evidence, as well as sources of funding for the scoping review. Describe the role of the funders of the scoping review.	53

JB I = Joanna Briggs Institute; PRISMA-ScR = Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews.

\* Where *sources of evidence* (see second footnote) are compiled from, such as bibliographic databases, social media platforms, and Web sites.

† A more inclusive/heterogeneous term used to account for the different types of evidence or data sources (e.g., quantitative and/or qualitative research, expert opinion, and policy documents) that may be eligible in a scoping review as opposed to only studies. This is not to be confused with *information sources* (see first footnote).

‡ The frameworks by Arksey and O'Malley (6) and Levac and colleagues (7) and the JBI guidance (4, 5) refer to the process of data extraction in a scoping review as data charting.

§ The process of systematically examining research evidence to assess its validity, results, and relevance before using it to inform a decision. This term is used for items 12 and 19 instead of "risk of bias" (which is more applicable to systematic reviews of interventions) to include and acknowledge the various sources of evidence that may be used in a scoping review (e.g., quantitative and/or qualitative research, expert opinion, and policy document).